

CICLO DE DEBATES PÓS-SBPC

Proposições para o enfrentamento à pobreza no Maranhão à luz dos Direitos Humanos

EIXOS ORIENTADORES

Democracia

Desenvolvimento Sustentável

Universalização de Direitos

Acesso à Justiça e Combate à Violência

CADERNO DE PROPOSIÇÕES



Copyright © 2013 – Universidade Federal do Maranhão

COLABORAÇÃO:

Ezequiel Antonio Silva Filho
Diretor da Gráfica Universitária

Editoração Eletrônica
Amaury Araujo Santos

Revisão Técnica
Carlos Wellington Soares Martins
Maria da Conceição Pereira de Sousa

Arte
Ribamar Araújo

Adaptação de Arte
Raissa Padilha

Fotos
Marcone Pinheiro
Sansão Hortegal

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte (Lei nº 9.610/1998).

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Caderno de Proposições / Organização de Margarete Cutrim Vieira. – São Luís, 2013.

108 p. : il.

Caderno de Proposições do “Ciclo de Debates Pós-SBPC: Proposições para o enfrentamento à pobreza no Maranhão à luz dos Direitos Humanos”, realizado na Universidade Federal do Maranhão, no dia 17 de abril de 2013.

1. Pobreza – Enfrentamento – Maranhão. 2. Direitos humanos. 3. Políticas públicas. I. Vieira, Margarete Cutrim. II. Título.

CDD 305.569

CDU 314.114:33-058.3







APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Proposições é produto do CICLO DE DEBATES PÓS-SBPC: proposições para o enfrentamento à pobreza no Maranhão à luz dos Direitos Humanos e tem como finalidade apresentar à sociedade um conjunto de ações, concebidas por meio de amplo e democrático processo de discussão dos diferentes sujeitos sociais locais.

Este movimento, coordenado pela Universidade Federal Maranhão, objetiva a incorporação destas proposições no planejamento e execução de ações das instituições públicas, no âmbito do executivo federal, estadual e municipal, legislativo e judiciário, e pela sociedade civil organizada, por meio de seus conselhos setoriais de políticas públicas e conselhos de direitos, fóruns e entidades sem fins lucrativos, pelos movimentos sociais organizados, empresariado local e sociedade de modo geral, na perspectiva de que venham a contribuir com a importante decisão política de reduzir a pobreza no nosso Estado e no nosso país.

Enfrentar a pobreza à luz dos Direitos Humanos, tarefa de toda a sociedade e do conjunto de suas estruturas, exige coesão social e liderança política, exige decisão estratégica dos dirigentes públicos no sentido de garantir condições que assegurem o pleno exercício dos direitos civis e políticos nas diversas dimensões dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Pressupõe incorporar, nos projetos societários, a própria população por meio da participação ativa nas decisões que afetam diretamente suas vidas.

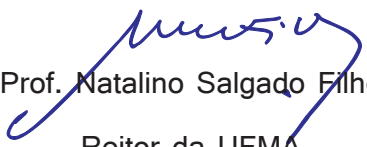
É com este propósito que a Universidade Federal do Maranhão dá continuidade às discussões sobre temas destacados na 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a partir de discussões sobre políticas públicas e questões específicas da realidade contemporânea que precisam ser enfrentadas coletivamente no nosso Estado.

Sabemos que o acesso aos direitos fundamentais continua enfrentando barreiras estruturais, resquícios de um processo histórico, e secular, marcado pelo genocídio indígena, pela escravidão e por extenso período ditatorial, práticas que continuam a ecoar em comportamentos, leis, e na realidade social. Contudo, nos últimos anos cresce a defesa de um desenvolvimento fundamentado no bem estar social e, conseqüentemente, nos direitos do ser humano. Um crescimento promotor de equidade social e de sustentabilidade ambiental que deve manifestar-se em todas as dimensões relevantes da vida nacional e local, capilarizar-se por todo o nosso território, articulando e envolvendo, de maneira exitosa todos os poderes públicos e instâncias federativas em sua direção.

Desejamos que o esforço de articulação, discussão e formulação de propostas, registradas neste Caderno de Proposições, bem como o acompanhamento de suas execuções, pelas instâncias de controle, articuladas em rede e sob a coordenação desta IES, possam contribuir com o desenvolvimento do Maranhão e construir um pacto cada vez mais amplo de parcerias, em todas as instâncias de poder e representação social, nos 217 municípios maranhenses, em torno de macro objetivos estratégicos, comuns, que garantam os direitos humanos e o pleno exercício da cidadania por todos (as) os (as) maranhenses.



Este momento é tomado como inicial e nos desafia a diversificar sua metodologia, compreendendo que se alguns subtemas expressam mais avanços que outros é porque também estão em estágios mais avançados de articulação e mobilização ou porque a formulação dos eixos não teve a abrangência necessária para alcançar a todos ou, ainda, porque os tempos não foram suficientes e coincidentes. Deixamos, portanto, o espaço aberto para os que precisam amadurecer mais e os que precisam adentrar. Destacamos, assim, o caráter de fluxo contínuo deste espaço, em construção, e a importância de participação crescente da sociedade para que continue a existir.


Prof. Natalino Salgado Filho
Reitor da UFMA



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACECTMA	Associação de Conselheiros (as) e Ex-Conselheiros (as) Tutelares do Maranhão
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Agrícola do Maranhão
AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
AMMA	Associação dos Magistrados do Maranhão
AMPEM	Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
APRUMA	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAR	Cadastramento Ambiental Rural
CDMP	Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes Marcos Passerini
CCN	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CEDCA/MA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão
CEDDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEL	Comissão Executiva Local
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua
CESAN	Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Maranhão
CGU	Controladoria Geral da União
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIEA-MA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Maranhão
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CME	Conselho Municipal de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COAPIMA	Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
COEGEMAS	Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COETRAE/MA	Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCA	Direitos da Criança e do Adolescente
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DPE	Defensoria Pública do Estado



DST	Doenças sexualmente transmissíveis
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
ETEs	Estações de Tratamento de Esgoto
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FÓRUM DCA	Fórum de Organizações Não governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão
FUNAC	Fundação da Criança e do Adolescente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEAP	Grupo Executivo de Assistência Patronal
GERCO	Gerenciamento Costeiro
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HIS	Habitação de Interesse Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituições de Ensino Superior
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IJL	Instituto Jackson Lago
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Colonização e Terra Maranhão
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MOQUIBOM	Movimento Quilombola do Maranhão
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público do Estado
MPF	Ministério Público Federal
MSE	Mobilização Social pela Educação
NAE	Núcleo de Assuntos Estudantis
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NOB	Norma Operacional Básica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OG	Organização Governamental
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEDH	Programa Estadual de Direitos Humanos
PF	Polícia Federal
PMSL	Prefeitura Municipal de São Luis
PPA	Plano Plurianual
PSAN	Política de Segurança Alimentar e Nutricional



RA	Reunião Anual
REMAE	Rede Maranhense de Apoio aos Encarcerados
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAE	Serviços Ambulatoriais Especializados
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDICH	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEIR	Secretaria do Estado de Igualdade Racial
SEJAP	Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESI	Serviço Social da Indústria
SETRES	Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASA	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TJ	Tribunal de Justiça
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNDB	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
EIXO ORIENTADOR I E SUBTEMAS	
Democracia.....	18
EIXO ORIENTADOR II E SUBTEMAS	
Desenvolvimento Sustentável	20
EIXO ORIENTADOR III E SUBTEMAS	
Universalização de Direitos	22
EIXO ORIENTADOR IV E SUBTEMAS	
Acesso à Justiça e Combate à Violência	24
PROPOSIÇÕES	
Gestão Ética Democrática Participativa e Transparente	26
Transversalidade dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas	28
Desenvolvimento	31
Trabalho e Pobreza.....	33
Agricultura Familiar e Agroecológica.....	35
Turismo e Hospitalidade.....	37
Tecnologias, Cidades Inclusivas e Sustentáveis.....	40
Meio Ambiente.....	43
Grandes Projetos e Impactos Socioambientais.....	46
Urbanização, Saneamento e Moradia	48
Saúde.....	51
Educação	54
Assistência Social.....	56
Cultura.....	58
Segurança Alimentar e Nutricional	60
Drogas.....	64
Trabalho Escravo e Questões Fundiárias	67
Direitos da Criança e do Adolescente-Ato Infracional.....	69



Relações Étnico Raciais.....	72
Questão de Gênero.....	74
Trabalho Infantil.....	76
Sistema de Segurança Pública.....	79
Prevenção à Violência.....	81
Execução Penal - Medidas Alternativas à Privação da Liberdade	83
Sistema de Justiça	85
ATORES	
Comissão de Trabalho/UFMA	90
Facilitadores.....	90
Articuladores	93
Monitores	94
Instituições Integrantes.....	95
DEPOIMENTOS	98
GALERIA DE FOTOS.....	100



INTRODUÇÃO

A 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Universidade Federal do Maranhão, em julho de 2012, foi resultante de uma ação construída em parceria com órgãos governamentais e não governamentais que se uniram para materializar o maior evento científico da América Latina e do Caribe. Possibilitou a difusão dos avanços da ciência, nas diversas áreas do conhecimento, e constituiu importante fórum de debates e reflexões sobre políticas públicas, com a participação de mais de 20 (vinte) mil pessoas, entre cientistas, professores e estudantes de todos os níveis, profissionais liberais, gestores de políticas públicas e a comunidade em geral.

Rompemos paradigmas ao elegermos como tema central deste evento científico: CIÊNCIA, CULTURA E SABERES TRADICIONAIS PARA ENFRENTAR A POBREZA, abrindo espaço para a difusão de novas tecnologias voltadas à inclusão e desenvolvimento econômico e social, que visem à melhoria na qualidade de vida das populações nos diferentes territórios do nosso país, sobretudo, àquelas que vivem em condições de vulnerabilidade econômica e social no Estado do Maranhão, em sua relação com o contexto mais amplo do país e do mundo.

O maior objetivo da Universidade, nesta etapa, foi o de realizar o planejamento da 64ª RA da SBPC com ampla articulação e participação de diferentes atores locais na concepção e definição das programações sob sua responsabilidade.

A Comissão Executiva Local (CEL) iniciou os trabalhos, por meio de sua Secretaria Geral, que se reuniu com todas as 20 (vinte) comissões de trabalho, discutindo propostas e planejando setorialmente. Durante esse processo fomos integrando as ações concebidas, inicialmente no ambiente interno à UFMA e ampliadas e/ou redimensionadas com os atores externos: representantes de órgãos públicos, nas três esferas de governo, organizações não governamentais, executores de políticas públicas, movimentos sociais, instituições de ensino superior, empresas locais, representantes de povos e comunidades tradicionais, sindicatos, associações de moradores, trade turístico de São Luis, Ecomuseu Sítio do Físico, artistas e grupos culturais, redes públicas e privadas de educação, etc.

Este processo refletiu o caráter democrático e participativo na formação das programações e na sua execução, com a incorporação de ideias, ações e expressões da realidade local, do cotidiano de vida do nosso povo e da dinâmica social e política do Estado.

Durante a fase de organização foi apresentado a esta Universidade Federal, pelos atores que a protagonizaram, o imperativo de continuidade das discussões focalizada mais especificamente na realidade maranhense, o que impulsionou a organização e realização do “CICLO DE DEBATES PÓS-SBPC: proposições para o enfrentamento à pobreza no Maranhão à luz dos Direitos Humanos”.

O CICLO DE DEBATES tem o objetivo de discutir a realidade econômica, social e política no Estado do Maranhão e formular proposições estratégicas ao seu desenvolvimento, considerando suas condições sociais, culturais, políticas e econômicas ainda muito adversas à efetivação dos direitos civis, políticos e sociais da sua população.

As proposições a serem apresentadas às autoridades públicas e à sociedade em geral deverão potencializar as ações em desenvolvimento e induzir um movimento crescente,



permanente e sistemático de acompanhamento e avaliação de suas execuções, pelas diversas instâncias de controle, atuantes no Estado.

A concepção teórica que sustenta o CICLO DE DEBATES é a defesa da discussão coletiva sobre as melhorias da qualidade de vida da população e seu monitoramento e avaliação, pela própria população. Processos estes que influenciam a ampliação da consciência dos sujeitos coletivos e suas capacidades de provocarem mudanças nas suas realidades.

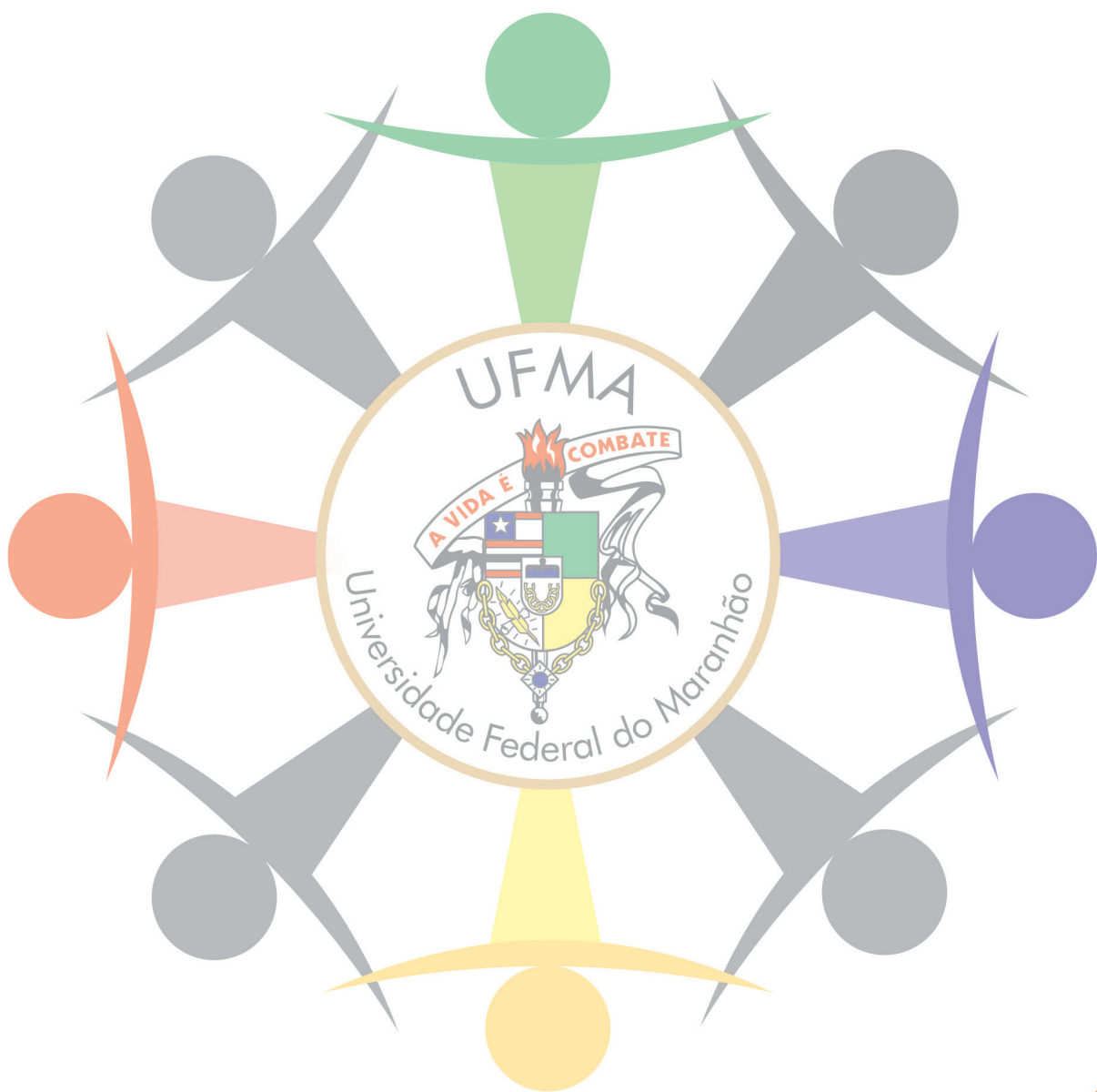
Foram realizadas oficinas de trabalho preparatórias, além de um seminário realizado em abril de 2013 para discussão dos subtemas selecionados, a partir da 64ª Reunião Anual da SBPC, com 497 (quatrocentos e noventa e sete) atores sociais locais, organizados em 04 (quatro) eixos: Democracia; Desenvolvimento Sustentável; Universalização de Direitos e Acesso à Justiça e Combate à violência, objetivando orientar a discussão e formulação das propostas que compõem este Caderno.

Cada eixo orientador contou com um grupo de articuladores, responsáveis por:

- indicar facilitadores para os subtemas e articular a participação de instituições parceiras;
- organizar e acompanhar os grupos de trabalho, por subtemas;
- integrar a comissão de sistematização do documento final.

No total foram 25 (vinte e cinco) subtemas, abordados por professores, pesquisadores, representantes institucionais governamentais e não governamentais e militantes, que facilitaram a realização dos trabalhos, apresentando os conteúdos acumulados ao longo de suas histórias acadêmicas e de vida, e conduzindo os debates e a elaboração de propostas, apoiados por um coordenador e um relator definidos, dentre os participantes, nos grupos de trabalho.

O trabalho em grupo priorizou os problemas mais emergentes e apontou indicativos de superação, com respectivas ações, responsáveis, parceiros e prazos para suas execuções, conforme indicados nas páginas seguintes.



EIXO ORIENTADOR I e SUBTEMAS



DEMOCRACIA

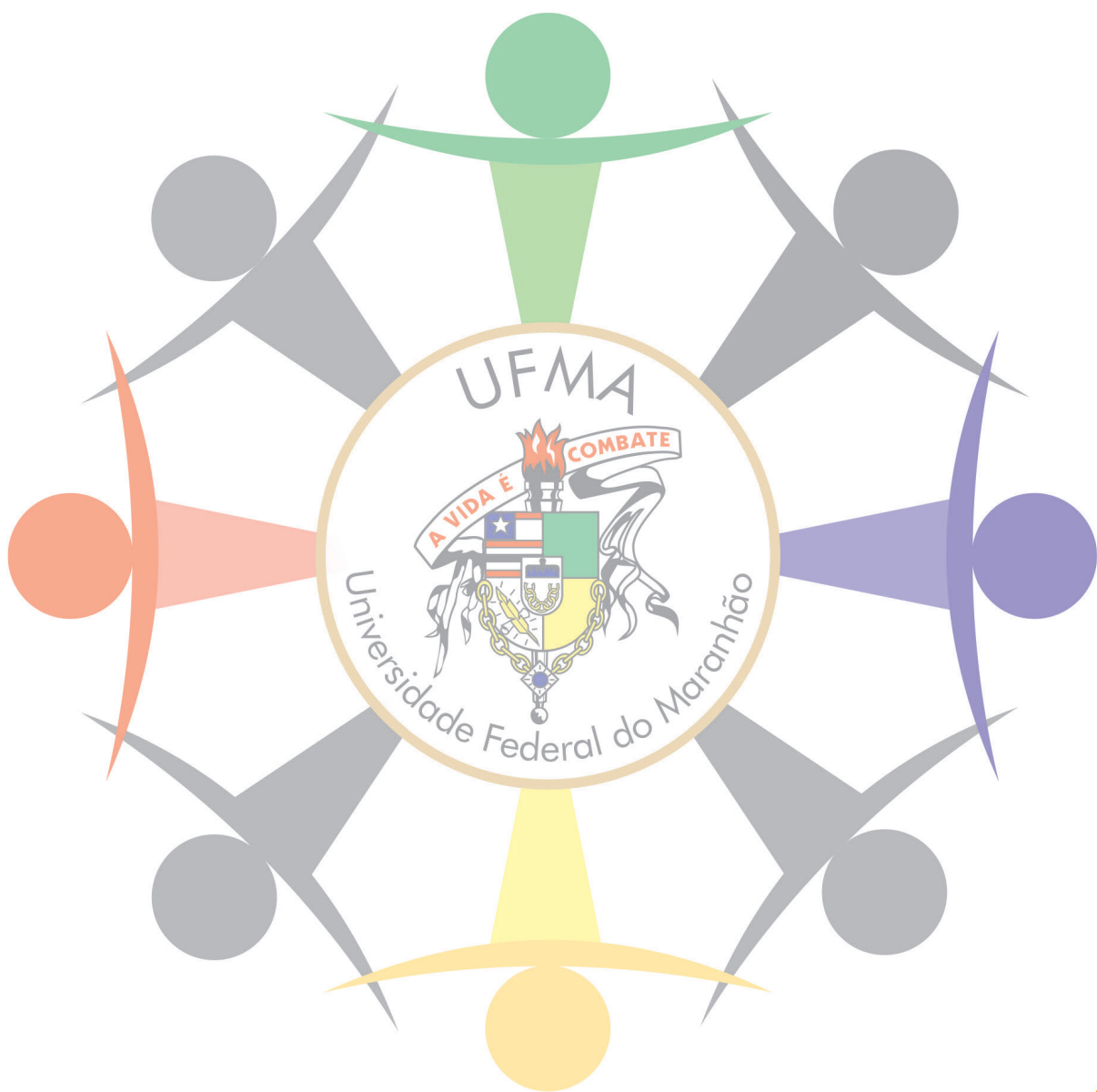
Este eixo apresentou pontos para definição de uma agenda política, de forte legitimidade democrática, que possibilite a criação e ou fortalecimento de espaços e mecanismos institucionais de participação popular nas decisões sobre a vida em sociedade, o controle social sobre as políticas públicas e a instituição dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas.

O compromisso compartilhado, entre agentes públicos e cidadãos e a participação na formulação e controle social das políticas públicas são essenciais para que os fundamentos constitucionais sobre cidadania e dignidade da pessoa humana fortaleçam, de fato, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A adoção de tais medidas fortalecerá a democracia participativa, na qual o Estado atua como instância republicana de promoção e defesa dos direitos de todos (as) os (as) cidadãos (ãs) e a sociedade civil como agente ativo – propositivo e reativo – de sua implementação.

SUBTEMAS:

1. Gestão Ética, Democrática, Participativa e Transparente;
2. Transversalidade dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas.



EIXO ORIENTADOR II e SUBTEMAS



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

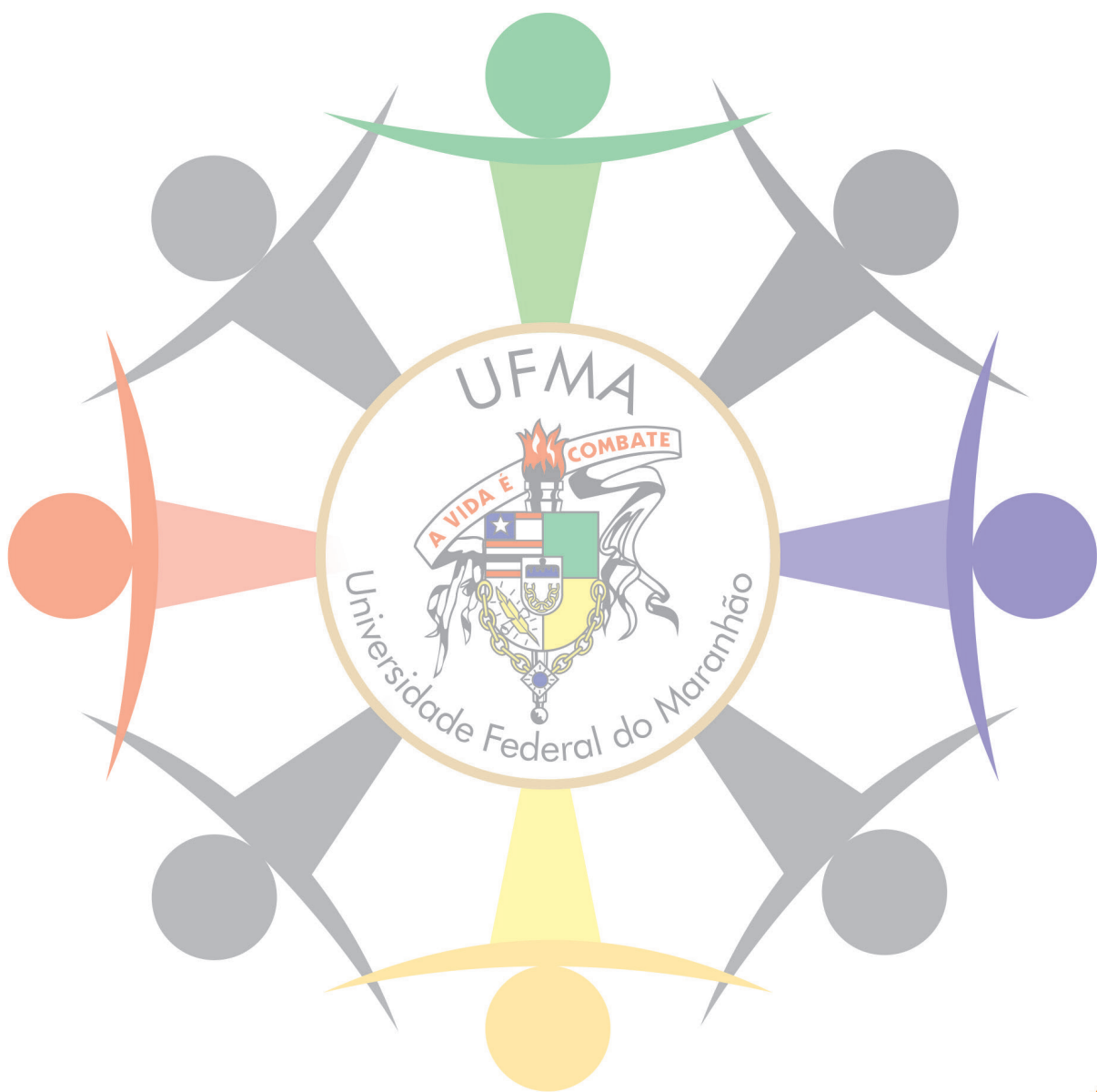
Partindo da defesa de um desenvolvimento que garanta a soberania dos povos sobre seus recursos e riquezas naturais, o respeito pleno à sua identidade cultural, a busca de equidade na distribuição das riquezas e a preservação ambiental, este eixo avançou na definição de proposições para as políticas públicas que incorporem a participação das pessoas no processo de desenvolvimento local, pressupondo a garantia de acesso, por todos os indivíduos, aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, tendo a preservação e a sustentabilidade como eixos estruturantes deste desenvolvimento.

As primeiras discussões deste eixo foram pautadas nas seguintes indagações: qual o modelo de desenvolvimento do nosso Estado? Quais experiências de desenvolvimento têm sido implantadas no Maranhão? Qual é esse desenvolvimento e para quem? Assim, foram considerados assuntos como a expansão do agronegócio e do plantio de monoculturas, o movimento em defesa da agricultura familiar, das quebradeiras de coco, do turismo local, dentre outras.

Reflexões foram realizadas, a partir dos relatos sobre estudos elaborados por pesquisadores, com o indicativo da necessidade de aprofundamento sobre a concepção ou as concepções de desenvolvimento presentes no Estado, que materializem os direitos da população à distribuição da riqueza, dos bens e serviços, por ela produzidos.

SUBTEMAS:

1. Grandes Projetos de Impactos Socioambientais;
2. Trabalho e Pobreza;
3. Agricultura Familiar e Agroecológica;
4. Turismo e Hospitalidade;
5. Tecnologias, Cidades Inclusivas e Sustentáveis;
6. Meio Ambiente;
7. Urbanização, Saneamento e Moradia.



EIXO ORIENTADOR III e SUBTEMAS



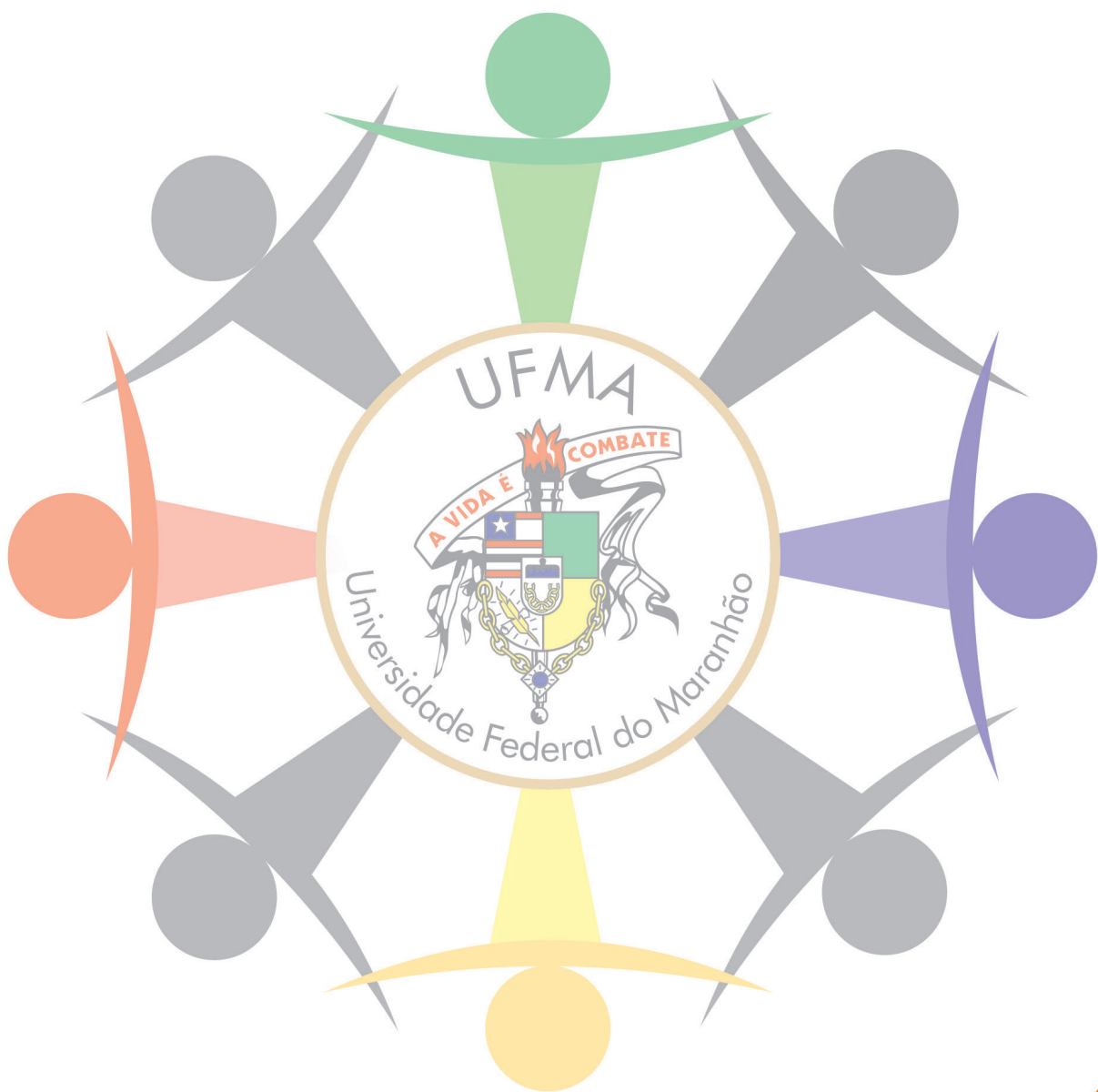
UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

A promoção da cidadania plena exige condições para sua efetivação, que devem se orientar pela transversalidade dos direitos fundamentais do ser humano, buscando garantir o acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à vida cultural, à moradia adequada, à previdência, à assistência social e a um meio ambiente sustentável.

Foram apontadas, também neste eixo, medidas e políticas que devem ser efetivadas para reconhecer e proteger os indivíduos como iguais na diferença, ou seja, valorizar a diversidade, presente na população maranhense, para estabelecer acesso igualitário aos direitos fundamentais.

SUBTEMAS:

1. Saúde;
2. Educação;
3. Assistência Social;
4. Cultura;
5. Segurança Alimentar e Nutricional;
6. Drogas;
7. Trabalho Escravo e Questões Fundiárias;
8. Direitos da Criança e Adolescentes-Ato Infracional;
9. Relação Étnico Racial;
10. Questão de Gênero.



EIXO ORIENTADOR IV e SUBTEMAS



ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA

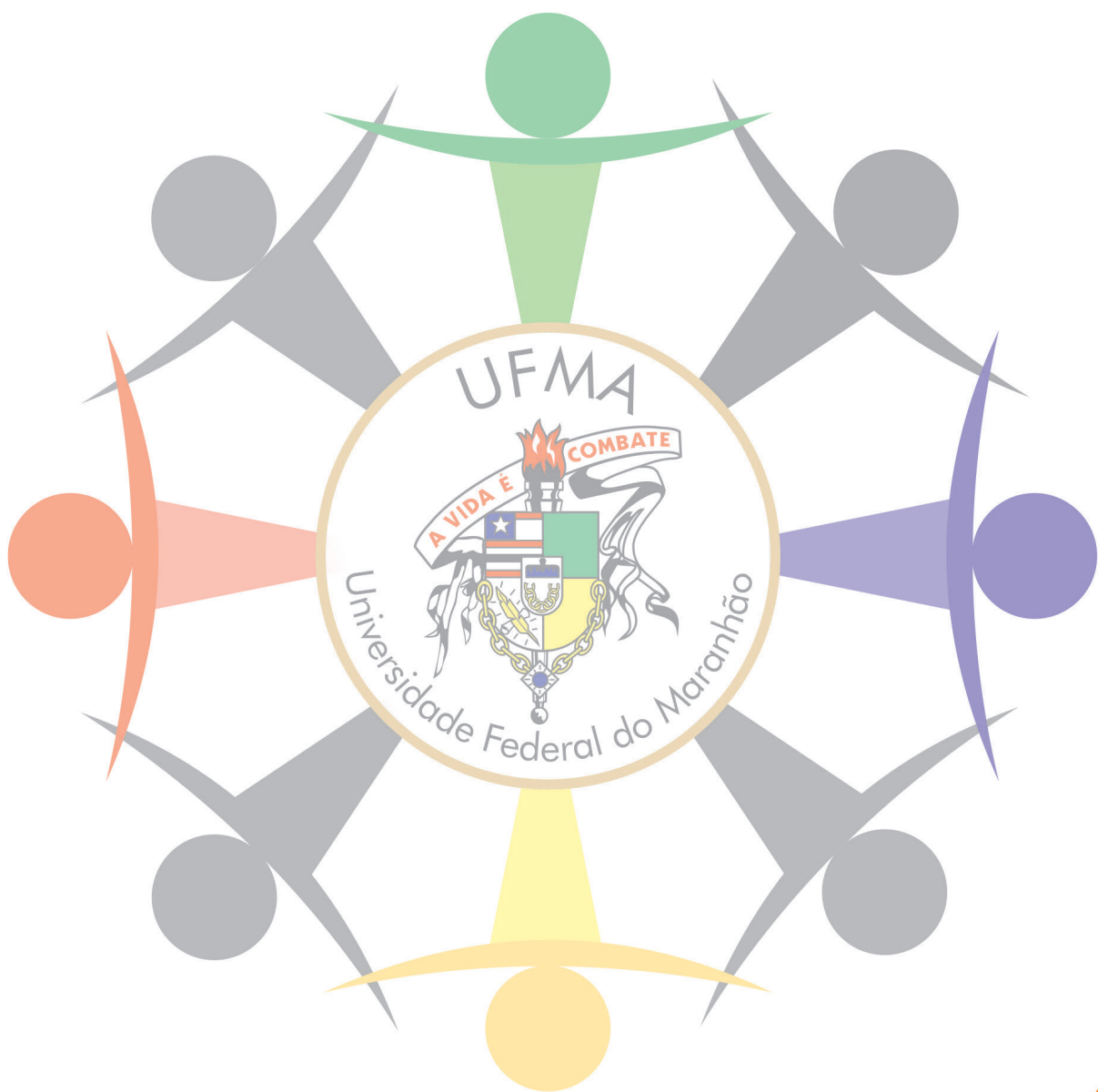
As arraigadas estruturas de poder e subordinação presentes na sociedade e na hierarquia das instituições policiais têm sido historicamente marcadas pela violência, arbitrariedades, torturas e impunidade.

A clareza de que a democratização do acesso à Justiça está para além da inclusão dos segmentos sociais ao processo judicial, este ensejou a formulação de proposições que garantam condições para que a população tenha conhecimento e apropriação dos seus direitos fundamentais (individuais e coletivos) e sociais, para sua inclusão nos serviços públicos, além de uma melhor convivência social.

Assim, o Eixo Acesso à Justiça e Combate à Violência traz, sobretudo, a urgência no enfrentamento à violência, à superação da discriminação, à erradicação do tráfico de pessoas e da tortura, dentre outras medidas que assegurem vida digna, avançando na defesa de ações concretas que garantam imediata disponibilização de informações à população, fortalecimento dos modelos alternativos de solução de conflitos e modernização da gestão do Sistema Judiciário.

SUBTEMAS:

1. Sistema de Segurança Pública; Prevenção à Violência
2. Execução Penal;
3. Sistema de Justiça.



PROPOSIÇÕES



EIXO ORIENTADOR I: Democracia SUBTEMA: Gestão Ética, Democrática, Participativa e Transparente

Problema 01

- Falta de autonomia dos representantes da sociedade civil nos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos.

Propostas para superação

- Criação de mecanismos que garantam condições político-administrativas para qualificar a atuação da sociedade civil nos Conselhos;
- Recomenda-se, por exemplo, que os conselhos estabeleçam, dentre outras medidas, suas composições de forma a garantir 2/3 da sociedade civil (incluindo os usuários dos serviços da respectiva política pública) e 1/3 do poder público;
- Recomenda-se também que a presidência dos Conselhos não sejam ocupadas por gestores públicos governamentais.

Ações que viabilizam essas propostas

- Qualificação permanente e continuada dos conselheiros, bem como disponibilidade orçamentária e financeira, no âmbito dos governos estadual e municipais, para manutenção dos conselhos compatível com suas funções de controle social;
- Criação de Fórum Permanente de Conselhos para garantir a participação e o controle social de forma intersetorial;
- Presença obrigatória dos gestores, mediante requisição de 2 ou mais Conselhos, sob pena de crime de responsabilidade.

Responsáveis pela execução

- Ministério Público, Conselhos, Assembleia Legislativa e Câmaras.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 02

- Pouco conhecimento ou ausência de informações sobre os direitos e deveres constitucionais.

Propostas para superação

- Construção de uma agenda integrada de eventos de formação em Políticas públicas, Cidadania e Direitos Constitucionais, a partir das agendas das diferentes organizações.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de eventos como: seminários, fóruns de discussão e capacitação, que instrumentalizem a população a lutar e exercer seus direitos.

Responsáveis pela execução

- Universidade Federal do Maranhão.

Parceiro(s) na execução

- Ministério Público, Entidades de Classe, Sociedade Civil.

Prazo para execução:

2013 e permanente



Problema 03

- Fragilidade de autonomia do Poder Judiciário.

Propostas para superação

- Desenvolver ações de mobilização para o controle social sobre o poder judiciário.

Ações que viabilizam essas propostas

- Movimento popular em defesa de alteração da Constituição.

Responsáveis pela execução

- Organizações da sociedade civil.

Parceiro(s) na execução

- Poder Legislativo, Sociedade Civil Organizada.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 04

- Não cumprimento de promessas eleitorais.

Propostas para superação

- Mobilização e constrangimento, aos gestores eleitos, para que cumpram as leis já existentes, inclusive, a da transparência.

Ações que viabilizam essas propostas

- Movimento popular, com marchas nos municípios e intervenções junto às Instituições de Controle (MP, MPF, TCE, TJ, PF, CGU, etc.).

Responsáveis pela execução

- Organizações Sociais e CGU.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 05

- Corrupção.

Propostas para superação

- Tornar inafiançáveis os crimes de corrupção, rito sumário, tornando as penas destes equivalentes às penalidades de crimes hediondos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Apresentação de Projeto de Lei, articulado por Organizações Sociais locais.

Responsáveis pela execução

- Congresso Nacional.

Parceiro(s) na execução

- Legislativo, nos 03 (três) níveis de governo; Organizações Sociais.



Prazo para execução:

2013/2015

Problema 06

- Falta de transparência nas ações governamentais.

Propostas para superação

- Publicação dos atos e publicização das informações, do poder público, de forma permanente e sistemática (mensalmente), acessível a toda a população.

Ações que viabilizam essas propostas

- Apresentação de Projeto de Lei, articulado por Organizações Sociais locais e Instituições de Controle.

Responsáveis pela execução

- Legislativo, nos 03 (três) níveis de governo.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada.

Prazo para execução:

1 ano

EIXO ORIENTADOR I: Democracia

SUBTEMA: Transversalidade dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas

Problema 01

- Ausência e/ou Insuficiência de Controle Social sobre a gestão pública, no cumprimento dos Direitos Humanos.

Propostas para superação

- Dotar as Instâncias de Controle de condições materiais e financeiras que assegurem autonomia na realização de suas competências;
- Definição clara de suas competências.

Ações que viabilizam essas propostas

- Participação efetiva dos Conselhos nas Conferências;
- Fóruns e Audiências Públicas;
- Previsão e Execução orçamentária;
- Revisão da legislação existente.

Responsáveis pela execução

- Poderes Legislativo e Executivo nas esferas Federal, Estadual e Municipal e Sociedade Civil.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos Sociais, ONGs, IES, Igrejas, Sindicatos, Federações, Movimentos Populares e Entidades Profissionais.



Prazo para execução:

2013/2014

Problema 02

- Políticas Públicas desarticuladas e sem participação social.

Propostas para superação

- Articulação entre as diversas áreas de atuação do governo;
- Fortalecimento de espaços para a construção de agenda comum, orientada pelos Direitos Humanos;
- Engajamento da sociedade civil;
- Responsabilização de Gestores Públicos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Construção de agenda comum de Direitos Humanos no âmbito interno dos governos estadual e municipais e entre estes;
- Realização de campanhas de conscientização sobre Direitos Humanos, pelas vias institucionais, meios de comunicação e redes sociais;
- Funcionamento efetivo dos Conselhos;
- Alterações Legislativas visando enfrentamento mais eficaz.

Responsáveis pela execução

- Governo Estadual (principalmente SEDIHC), Governos Municipais, Ministério Público, Organizações da Sociedade Civil.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos Sociais, ONGs, IES, Igrejas, Sindicatos, Federações, Movimentos Populares e Entidades Profissionais.

Prazo para execução:

2013

Problema 03

- Programa Estadual de Direitos Humanos desatualizado.

Propostas para superação

- Convocação da VI Conferência Estadual de Direitos Humanos, antecedida de Conferências Municipais;
- Atualização do Plano Estadual de Direitos Humanos com clara indicação de objetivos, estratégias, ações e responsáveis pelas políticas indicadas;
- Garantir a regularidade de realização das Conferências de DH, a partir de calendário pré-definido.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização da Conferência Estadual de Direitos Humanos;
- Conferências Municipais.



Responsáveis pela execução

- Governo Estadual (principalmente SEDIHC), Governos Municipais, Conselho Estadual de Direitos Humanos e Organizações da Sociedade Civil.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos Sociais, ONGs, IES, Igrejas, Sindicatos, Federações, Movimentos Populares e Entidades Profissionais.

Prazo para execução:

2013-2014

Problema 04

- Frágil monitoramento das ações em Direitos Humanos.

Propostas para superação

- Equipe Regulares de monitoramento das políticas e medidas indicadas no PEDH;
- Construção dos indicadores de Análise;
- Parcerias com universidades.

Responsáveis pela execução

- Governo Estadual (principalmente SEDIHC), Governos Municipais, Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Parceiro(s) na execução

- Governo Estadual (principalmente SEDIHC), Governos Municipais, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e Universidades.

Prazo para execução:

Imediato e permanente



EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Desenvolvimento

Problema 01

- Falta de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável.

Propostas para superação

- Elaboração de Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável (PEDS);
- Elaboração de Política de Acompanhamento e Monitoramentos das ações do PEDS;
- Instituição de Comitê gestor, em nível estadual e municipais, com participação de ONGs, OGs e da iniciativa privada, afetas a área, e Instituições de Ensino Superior (IES).

Ações que viabilizam essas propostas

- Mobilizar da sociedade para discussão e definição de objetivos e ações estratégicas para o Plano Estadual;
- Transformar o Plano em Lei;
- Implementar o Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e municipais, Comitê gestor representativo dos segmentos envolvidos.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade Civil Organizada e a iniciativa privada (responsabilidade social).

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, com indicativos de realização a partir de 2013.

Problema 02

- Baixa qualidade da educação pública.

Propostas para superação

- Investimento em formação e capacitação de quadros (recursos humanos), infraestrutura física, materiais e equipamentos;
- Realização de planejamento específico para qualificar a educação, considerando as diferentes realidades do Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Ampliar financiamento interno (governos: estadual e municipais);
- Elaborar projetos para a captação de recursos a partir das diferentes realidades do Estado;
- Executar ações programadas.



Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e municipais, Comitê gestor do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

Parceiro(s) na execução

- Poder público, Instituições, Sociedade Civil Organizada e a iniciativa privada.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, com indicativos de realização a partir de 2013

Problema 03

- Fragilidade e dispersão nas ações de resgate e valorização da identidade cultural.

Propostas para superação

- Realizar mapeamento das manifestações culturais;
- Elaboração de Plano de Desenvolvimento de Valorização da Cultura Maranhense;
- Concepção, implantação e execução de programas educativos em História da Cultura do Maranhão.

Ações que viabilizam essas propostas

- Elaborar projetos de captação de recursos;
- Executar ações programadas.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e municipais, Comitê gestor Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

Parceiro(s) na execução

- Governos: estadual e municipais, Sociedade Civil Organizada e a Iniciativa privada.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, com indicativos de realização a partir de 2013

Problema 04

- Ausência da sociedade civil organizada nos processos decisórios relacionados às políticas públicas.

Propostas para superação

- Instituição de mecanismo que amplie a participação efetiva da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;
- Fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Ações que viabilizam essas propostas

- Mobilizar a sociedade civil para formulação de políticas públicas: estadual e municipais de desenvolvimento sustentável;



- Formular e desenvolver projeto de capacitação para o exercício do controle social.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e municipais, Comitê gestor Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

Parceiro(s) na execução

- Governos: estadual e municipais; Sociedade Civil Organizada e a iniciativa privada.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, com indicativos de realização a partir de 2013

Problema 05

- Frágil dinamização da economia local.

Propostas para superação

- Discussão sobre os efeitos econômicos dos grandes projetos localizados no Maranhão;
- Apoio e incentivo ao desenvolvimento do setor empresarial local.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criar Câmara Estadual para dinamização da economia maranhense, formada por agentes empresariais internos, externos e dos governos: estadual e municipais.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e municipais, Comitê gestor Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

Parceiro(s) na execução

- Representantes do Poder Público, Federação de Prefeitos, Entidades Representativas da Indústria, Comércio e Serviços.

Prazo para execução:

- Ação contínua e progressiva, com indicativos de realização a partir de 2013

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Trabalho e Pobreza

Problema 01

- Fragilidade na “política” de agricultura familiar.

Propostas para superação

- Fomento à economia Solidária;
- Apoio e Capacitação ao homem do campo na lida com a terra;



- Formação política que possibilite ao produtor rural a compreensão das relações sociopolíticas e institucionais;
- Estruturação de condições para comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

Ações que viabilizam essas propostas

- Garantir assessoria técnica;
- Insumos;
- Produtos para correção do solo;
- Crédito;
- Regularização fundiária;
- Tributação diferenciada para a agricultura familiar;
- Fortalecimento do associativismo.

Responsáveis pela execução

- Embrapa, SEDES, INCRA e Prefeituras.

Parceiro(s) na execução

- Universidades, Entidades da Sociedade Civil, Secretarias de Planejamento do Estado e dos municípios.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, a partir de 2013

Problema 02

- Mito do acesso ao trabalho através dos Programas de qualificação.

Propostas para superação

- Reformulação da política pública de emprego e trabalho;
- Oferta de expansão real do emprego.

Ações que viabilizam essas propostas

- Conhecer as demandas e as potencialidades do mercado de trabalho para realização de educação e formação profissional compatível;
- Diagnosticar com eficácia as tendências/vocações econômicas locais.

Responsáveis pela execução

- Superintendência regional do trabalho, Sindicatos, Federação das indústrias e Associação comercial.

Parceiro(s) na execução

- Universidades, Entidades de sociedade civil e Secretarias de Planejamento do Estado e dos municípios.



Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, a partir de 2013

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Agricultura Familiar e Agroecológica

Problema 01

- Falta de diagnóstico atualizado sobre a agricultura familiar do Estado.

Propostas para superação

- Identificação e caracterização sobre quem são os agricultores familiares do Maranhão, onde estão localizados, quais atividades realizam, quanto produzem, situação fundiária, entre outras.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realizar diagnóstico da agricultura familiar do Estado, considerando estudos já realizados;
- Definir qual o conceito da agricultura familiar que mais expressa a realidade do Estado.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado (em particular, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), Universidades, Embrapa.

Parceiro(s) na execução

- Representações sociais dos agricultores e agricultoras familiares, IBGE e IMESC.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 02

- Agricultores familiares sem acesso à tecnologia para viabilizar a atividade produtiva em uma escala comercial e com crescente desinteresse dos jovens para permanecerem no campo.

Propostas para superação

- Transferência de tecnologias adequadas à realidade socioeconômica e ambiental da agricultura familiar;
- Reestruturação do serviço de assistência técnica e extensão rural do Estado;
- Reestruturação física e operacional;
- Reestruturação da grade curricular dos cursos de Ciências Agrárias, com ênfase à transição agroecológica da agricultura familiar;
- Estímulos à fixação de profissionais de Ciências Agrárias para permanência no meio rural;
- Estímulos à fixação de jovens no campo.



Ações que viabilizam essas propostas

- Estabelecimento de parcerias entre institutos de pesquisa, governos e comunidades rurais para ações de transferência de tecnologia com agricultores familiares.
- Realização de concurso público para contratação de profissionais efetivos da assistência técnica e extensão rural; parcerias com instituições em nível municipal, estadual e federal para melhoria das condições de infraestrutura dos escritórios regionais;
- Instituição de novo processo pedagógico para formação dos técnicos de assistência técnica e extensão rural, adequada à realidade do Maranhão, incluindo a formação de profissionais com perfil para a agricultura familiar e agroecológica;
- Parcerias entre as Casas Famílias Agrícolas e Escolas Familiares Rurais, com as Universidades que ministram cursos de Ciências Agrárias e as prefeituras; melhoria da remuneração financeira dos técnicos por meio de convênios ou projetos estruturantes com agências de fomento;
- Valorização do associativismo e do cooperativismo de jovens do campo; identificação de atividades de interesse dos jovens e viabilização para realizá-las por meio de projetos para esse fim.

Responsáveis pela execução

- Embrapa, Governo Federal, Governo do Estado e governos municipais;
- Universidades que dispõem de cursos direcionados ao meio rural (Ciências Agrárias e as prefeituras);
- Representações Sociais dos diferentes agricultores familiares existentes no Estado; Casas Famílias Agrícolas e Escolas Familiares Rurais, SEBRAE, SENAR.

Parceiro(s) na execução

- Representações sociais dos agricultores familiares do estado, Casas Famílias Agrícolas e Escolas Familiares Rurais.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, a partir de 2013

Problema 03

- Desarticulação das políticas públicas para atender às demandas da agricultura familiar.

Propostas para superação

- Definição política da Agricultura Familiar como área estratégica para o desenvolvimento do Estado do Maranhão e sua articulação com as demais políticas públicas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Priorização para a regularização fundiária de agricultores familiares e elaboração do cadastramento ambiental rural (CAR);
- Discussão sobre diferentes modalidades de acesso à terra por populações tradicionais e governança dessas áreas;



- Discussão sobre as condições de acesso ao crédito e renegociação de dívidas existentes entre os agricultores familiares, com possíveis novas linhas de crédito;
- Organização e integração das cadeias produtivas mais importantes para a agricultura familiar do estado, tais como, arroz, mandioca, babaçu, etc.;
- Criação de instância/estrutura de governo, ligada ao gabinete do gestor (governador/prefeito) que assegure a integração de políticas públicas.

Responsáveis pela execução

- ITERMA, MDA, Ministério Público Estadual, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IBAMA, SEMA, ICMBio, FUNAI, Governos Estadual e Municipais, Bancos, Universidades, EMBRAPA, CONAB.

Parceiro(s) na execução

- Representações sociais dos agricultores familiares do Estado e das comunidades tradicionais (extrativistas pescadores artesanais, indígenas).

Prazo para execução:

2013/2014

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável

SUBTEMA: Turismo e Hospitalidade

Problema 01

- Frágil qualificação da mão de obra nos setores do turismo e da hospitalidade;

Propostas para superação

- Criação de programas de Qualificação da mão de obra na área de turismo e hotelaria nos 10 (dez) polos turísticos e com potencial turístico, existentes no Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realizar Seminários, Oficinas, Workshops no âmbito deste programa de qualificação.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Turismo: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- UFMA e demais IES do Maranhão, SENAC, SEBRAE, SETRES, Representantes Comunitários.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, a partir de 2013

Observações e Complementos

- As estratégias de qualificação/capacitação devem ser orientadas seguindo as especificidades dos destinos maranhenses.



Problema 02

- Necessidade de melhoria da oferta turística nos 10 polos turísticos maranhenses.

Propostas para superação

- Ações do Trade Turístico, Universidades e poderes Públicos e privados.

Ações que viabilizam essas propostas

- Consolidação na oferta turística dos destinos principais, dos 10 polos maranhenses, por meio da criação e comercialização de Roteiros Temáticos.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Turismo: Estadual e Municipais, UFMA e demais IES.

Parceiro(s) na execução

- Trade Turístico dos municípios, Fórum Estadual de Economia Solidária, Secretaria do Trabalho e da Economia Solidária.

Prazo para execução:

Ação contínua e progressiva, a partir de 2013

Observações e Complementos

- A economia solidária pode se consolidar como uma iniciativa que se integre na lógica dos roteiros turísticos.

Problema 03

- Escassez de profissionais no mercado turístico maranhense com formação na área de turismo e hospitalidade.

Propostas para superação

- Valorização profissional local.

Ações que viabilizam essas propostas

- Concursos públicos e seletivos (no setor privado).

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado, Prefeituras, Empreendimentos turísticos implantados no Maranhão.

Parceiro(s) na execução

- UFMA/SENAC/SENAI/SEBRAE/Empresas de turismo e hospitalidade.

Prazo para execução:

2013/2014

Observações e Complementos

- Considerar políticas internas (Leis, resoluções, etc.) de recrutamento e seleção de pessoal.



Problema 04

- Definição de Planos, programas e projetos turísticos que não incluem a sociedade maranhense (voltados apenas aos visitantes).

Propostas para superação

- Participação da sociedade na elaboração do planejamento e incorporação de suas demandas quanto ao setor de turismo e hospitalidade.

Ações que viabilizam essas propostas

- Mobilização da comunidade local para participação no processo de planejamento turístico do Estado (e cidades);
- Empregabilidade, usos dos saberes tradicionais como estratégia de fortalecimento da identidade cultural do povo maranhense;
- Valorização da comunidade maranhense e sua autenticidade (o maranhense sendo “ator” de sua própria identidade nas campanhas de turismo, imagens pessoas, objetos).

Responsáveis pela execução

- Empresas de turismo, Prefeituras, Agências de propaganda, Comunidade em geral.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada, governo Estadual e Municipal.

Prazo para execução:

2013/2014

Observações e Complementos

- Seguir o planejamento dos projetos inclusos nos planos de turismo, quando houver.

Problema 05

- Precária Infraestrutura básica e turística local (Estado e cidades).

Propostas para superação

- Articulação entre o poder público e o empresariado para enfrentamento da questão.

Ações que viabilizam essas propostas

- Intensificar a sinalização turística, estruturando/reestruturando postos de informações turísticas, recuperação de vias (entrada das cidades com potencialidade turística e vias internas).

Responsáveis pela execução

- UFMA (consultoria técnica em projetos de sinalização), Governo do Estado e Prefeituras municipais (Secretaria de Infraestrutura), Empreendimentos turísticos do Estado.

Parceiro(s) na execução

- Trade turístico (Agências de viagens; transportadoras; hotéis; associações de classe).



Prazo para execução:

- 2013/2014 para a infraestrutura básica e 2014/2015 para a turística. Após esses períodos: Ação contínua de manutenção e expansão.

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Tecnologias, Cidades Inclusivas e Sustentáveis.

Problema 01

- A existência de Barreiras arquitetônicas. Prédios, vias, calçadas, praças com e outras construções que não permitem o livre acesso da pessoa com deficiência.

Propostas para superação

- Observação e cumprimento de normas técnicas e legislação que regem a concepção, execução na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Ações que viabilizam essas propostas

- Intensificar a fiscalização aos órgãos competentes, tais como prefeituras, Governos: Estadual/Municipais.
- Informar e sensibilizar a população sobre regras, normas e leis que garantem os direitos da pessoa com deficiência.

Responsáveis pela execução

- Ministério Público, além de órgãos/instâncias de controle Social;
- Governo Estadual, Governos Municipais e Ministério Público.

Parceiro(s) na execução

- Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência, Associações e Conselhos de classe, Associações de pessoas com deficiências.

Prazo para execução:

Permanente e progressivo

Observações e Complementos

- Sejam estimuladas a execução de projetos de extensão na UFMA, IFMA e UEMA, em favor da pessoa com deficiência.

Problema 02

- Ausência de espaços com estrutura de lazer, que propiciem sociabilidade da pessoa com deficiência tais como Praças, Teatros, Cinema e Quadras Poliesportivas nos bairros e cidades do Estado.

Propostas para superação

- Construção e/ou recuperação de Praças, Teatros, Cinemas, Quadras Poliesportivas, nos bairros e cidades, com perfil de design universal, com capacidade para serem utilizados por todos, independente do nível da habilidade ou capacidade.



Ações que viabilizam essas propostas

- Assegurar recursos no Plano Plurianual;
- Obter recursos através de projetos tais como o “Plano Viver Sem Limite” e outras iniciativas do governo federal;
- Buscar o apoio da iniciativa privada por meio de Federações, Associações e outras Instituições que possam investir em projetos, com incentivos fiscais.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- FIEMA, SESI-SENAI, Empresariado local.

Prazo para execução:

Permanente e progressivo, a partir de 2013

Observações e Complementos

- Sejam estimulados projetos de extensão na UFMA, IFMA e UEMA, em favor da pessoa com deficiência.

Problema 03

- Falta de Acesso e utilização de Tecnologias Assistivas nas cidades do Maranhão.

Propostas para superação

- Criação da indústria e Núcleos de Tecnologias Assistivas Locais.

Ações que viabilizam essas propostas

- Disponibilização de recursos do FINEP e outros aportes do Governo Federal.

Responsáveis pela execução

- Governo Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal, Instituições de pesquisa, FAPEMA, FIEMA e outras instituições privadas.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Observações e Complementos

- Sejam estimulados projetos de extensão na UFMA, IFMA e UEMA, em favor da pessoa com deficiência.

Problema 04

- Ausência de acessibilidade aos serviços públicos e privados.



Propostas para superação

- Cumprimento de normas técnicas e legislação.
- Provimento de serviços públicos de qualidade, garantindo atendimento com equidade.

Ações que viabilizam essas propostas

- Maior fiscalização aos órgãos competentes;
- Qualificação profissional para atendimento a Pessoas com Deficiência, nos serviços públicos e privados;
- Desenvolver campanhas educativas à população sobre regras, normas e leis sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Responsáveis pela execução

- Ministério Público e Órgãos de Controle Social;
- Órgão Governamentais Estadual e Municipais e Empresas privadas.

Parceiro(s) na execução

- Conselhos de Direitos de pessoas com deficiência, associações e conselhos de classe.

Prazo para execução:

Permanente e progressivo, a partir de 2013

Observações e Complementos

- Sejam estimulados projetos de extensão na UFMA, IFMA e UEMA, em favor da pessoa com deficiência.

Problema 05

- Barreiras Atitudinais e Preconceitos.

Propostas para superação

- Campanhas educativas.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Empresas de Comunicação e Organizações de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Prazo para execução:

Permanente e progressivo, a partir de 2013

Observações e Complementos

- Sejam estimulados projetos de extensão na UFMA, IFMA e UEMA.



EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Meio Ambiente

Problema 01

- Resíduos sólidos: coleta ineficiente, ausência de coleta seletiva e de reciclagem enquanto política pública.

Propostas para superação

- Inserção dos catadores no processo de coleta dos resíduos sólidos;
- Recuperação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de São Luís e dos resultados de pesquisas e seus indicadores, realizados pela UFMA;
- Tratamento e beneficiamento de resíduos sólidos;
- Implementação da educação ambiental (com ênfase no consumo, desperdício e disposição dos resíduos);
- Cumprimento dos limites geográficos dos municípios da ilha.

Ações que viabilizam essas propostas

- Estimulo à organização dos catadores em cooperativas;
- Organização de aplicativo para monitoramento de resíduos sólidos;
- Instalação de usina de tratamento de beneficiamento de resíduos sólidos;
- Apresentação de projeto para liberação de recursos federais (Ministério das Cidades);
- Expansão e/ou fortalecimento de programas e projetos já desenvolvidos pelo poder público e ONGs;
- Reaproveitamento e reciclagem;

Responsáveis pela execução

- Prefeituras Municipais, Empresas privadas e Cooperativas.

Parceiro(s) na execução

- UFMA, UEMA, IFMA, UNDB, UniCEUMA, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, ONGs/OSCIPs, Secretarias Municipais, Ministério Público.

Prazo para execução:

2014 (conforme previsão na Lei 12.305/2010)

Observações e Complementos

- A questão do saneamento foi abordada e demanda atuação.

Problema 02

- Recursos hídricos: Ocupação desordenada das bacias hidrográficas;



- Desperdício de água e falta de conscientização da população para proteção dos rios e cursos d'água;
- Desmatamento sem controle causando erosão das margens e assoreamento dos corpos d'água;
- Ausência de práticas sustentáveis de reaproveitamento de água (chuvas, etc.).

Propostas para superação

- Descentralização das ações do poder público;
- Educação Ambiental;
- Recuperação dos resultados de pesquisas e seus indicadores realizados, pela UFMA;
- Enfrentamento ao desmatamento;
- Captação de águas pluviais.

Ações que viabilizam essas propostas

- Regularização fundiária;
- Fortalecimento dos órgãos ambientais (estaduais e municipais);
- Execução da política de Educação Ambiental;
- Recuperação das áreas verdes e dos aquíferos;
- Fazer operar, com urgência, as estações de tratamento de esgoto (ETEs do Jaracaty e do Bacanga em São Luis);
- Instalação de sensores inteligentes para descarga e pias em todos os órgãos públicos;
- Construção de cisternas.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais, CAEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA).

Parceiro(s) na execução

- UFMA, UEMA, IFMA, UNDB, UNICEUMA;
- Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente; Ministério Público, ONGs/OSCIPs;
- Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Meio ambiente.

Prazo para execução:

a partir de 2014 e permanente

Problema 03

- **Questão energética:** enfrentamento da matriz energética atual, obsoleta e poluidora, com altos índices de desperdícios e insustentável;



- Ausência de políticas públicas de uso de energias limpas;
- Poucas pesquisas visando à tecnologia e inovação em energias limpas no Maranhão;
- Desperdício de energia pela população.

Propostas para superação

- Articulação dos diferentes setores da UFMA, que trabalham com a matéria;
- Investimento em pesquisas de energia alternativa;
- Educação Ambiental;
- Combate ao desperdício de energia.

Ações que viabilizam essas propostas

- Execução da Política de Educação Ambiental.

Responsáveis pela execução

- Instalação de mecanismos inteligentes.

Parceiro(s) na execução

- UFMA, UEMA, IFMA, UNDB, UNICEUMA;
- Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente; Ministério Público, ONGs/ OSCIPs;
- Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Meio ambiente.

Prazo para execução:

Até 2020 (compromissos internacionais ao qual o Brasil é signatário do protocolo de Kyoto)

Problema 04

- O Crescimento urbano de São Luís provoca impactos socioambientais graves que interferem na qualidade de vida da população;
- Inadequação do atual Plano Diretor da cidade de São Luís às realidades sócio ambientais do município.

Propostas para superação

- Revisão do Plano Diretor;
- Criação de unidades de conservação pautado no SNUC e demais leis e normas federais;
- Orientação pela bacia hidrográfica e pelo conceito de zona costeira como unidade de planejamento.

Ações que viabilizam essas propostas

- Ação conjunta dos órgãos municipais;



- Participação ativa do GERCO;
- Educação Ambiental;
- Criação de Unidades;
- Elaboração do Plano de Manejo ao qual o município pertence.

Responsáveis pela execução

- Prefeitura de São Luís.

Parceiro(s) na execução

- UFMA, UEMA, IFMA, UNDB, UNICEUMA;
- Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente; Ministério Público; ONGs/ OSCIPs, Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Prazo para execução:

2014 e permanente

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Grandes Projetos de Impactos Socioambientais

Problema 01

- Falta de informação e formação anterior e durante a implantação dos Grandes Projetos.

Propostas para superação

- Cursos de Extensão na área.

Ações que viabilizam essas propostas

- Parcerias com grupos de estudos das demais Universidades e comunidades-focos de implantação de projetos.

Responsáveis pela execução

- UFMA.

Parceiro(s) na execução

- MPF, MPE, Prefeituras, SEMA, IBAMA, ICMBio, Universidades.

Prazo para execução:

2013/2014 e sempre que for indicada implantação de Grande Projeto.

Observações e Complementos

- Projetos da Termoelétrica Porto Itaqui e de Capinzal do Norte da MPX;
- Refinaria Premium em Bacabeira; Suzano na Região Tocantina; Centro de Lançamento de Alcântara, etc.



Problema 02

- Fragilidade técnico-estrutural-política das instituições de controle como SEMA, IBAMA, Ministério Público (Estadual e Federal IPHAN).

Propostas para superação

- Estruturação técnica e financeira dos órgãos, que garantam condições de trabalho compatível com a responsabilidade institucional.

Ações que viabilizam essas propostas

- Campanhas públicas de fortalecimento destas instituições.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado e Prefeituras, MPF, MPE, SEMA, IBAMA, IPHAN, ICMBio, Universidades.

Parceiro(s) na execução

- UFMA e Movimentos Sociais, MPF, MPE.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 03

- Impacto negativo na vida das populações desloca-as de suas comunidades tradicionais em razão da Implantação da Refinaria Premium.

Propostas para superação

- Programa de Extensão com foco na capacitação da população das comunidade atingidas; aproveitamento da mão de obra local e recuperação ambiental;
- Regularização das novas moradias.

Ações que viabilizam essas propostas

- Parcerias com grupos de estudos das demais Universidades e comunidades-focos de implantação de projetos.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipal, UFMA.

Parceiro(s) na execução

- MPF, MPE, Prefeituras, SEMA, IBAMA, ICMBio, Universidades.

Prazo para execução:

- Sempre que houver indicativo de deslocamento de populações por implantação de grandes projetos.

Observações e Complementos

- Contrapartida, em razão da elaboração do Estudos de Impactos Ambientais / Relatório de Impacto no Meio Ambiente, por professores da UFMA.



Problema 04

- Certificação dos Grandes Projetos recém-instalados (Suzano) – Região Tocantina.

Propostas para superação

- Divulgação e conscientização da população sobre os princípios da certificação.

Ações que viabilizam essas propostas

- Mobilização dos movimentos sociais locais.

Responsáveis pela execução

- Ministério Público Estadual e Prefeituras.

Parceiro(s) na execução

- SEMA, UFMA.

Prazo para execução:

2013/2014

EIXO ORIENTADOR II: Desenvolvimento Sustentável SUBTEMA: Urbanização, Saneamento e Moradia.

Problema 01

- O critério de seleção, por sorteio, para aquisição de moradias não está atendendo o objetivo maior dos Programas Habitacionais de Interesse Social.

Propostas para superação

- Rever as formas de seleção de projetos e beneficiários da Moradia de Interesse Social.

Responsáveis pela execução

- Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal; Governo do Estado e Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Órgão e instâncias de controle.

Prazo de Execução:

2013/2015

Problema 02

- Altas taxas que inviabilizam aquisição de moradia por parte da população de baixa renda.

Propostas para superação

- Isentar de tributos Municipais de Habitação de Interesse Social (HIS) as pessoas que forem beneficiárias do programa.

Responsáveis pela execução



- Governo do Estado e Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 03

- Insegurança da posse: despejo forçado, conflitos fundiários, perda da cidadania.

Propostas para superação

- Regularização Fundiária, em áreas de interesse social.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Patrimônio da União, Governos: do Estado e Municipais.

Prazo para execução:

Sempre que for aprovar um projeto habitacional

Problema 04

- **Mobilidade Urbana:** congestionamentos, carência do espaço para locomoção da população nos centros urbanos das cidades, transporte de péssima qualidade, indigno para o ser humano.

Propostas para superação

- Criação de corredores exclusivos para transportes coletivos;
- Ampliação de frotas e outros investimentos nos meios de transportes coletivos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Sinalização no trânsito, de qualidade e permanente;
- Modernização dos meios de transporte coletivo, com veículos novos e manutenção permanente.

Responsáveis pela execução

- Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal e Estadual; Empresas de Transporte.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 05

- Privatização do transporte coletivo.



Propostas para superação

- Estatização do Sistema de transporte coletivo.

Responsáveis pela execução

- Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal e Estadual, Movimentos Sociais.

Prazo para execução:

2013/2020

Problema 06

- Falta de espaços públicos, para a circulação de pedestres, ciclistas e pessoas com mobilidade reduzida.

Propostas para superação

- Fomentar a elaboração de planos de mobilidade urbana, que promova a intermodalidade e desenho universal.

Ações que viabilizam essas propostas

- Construção de ciclovias;
- Construção de passarelas para pedestres.

Responsáveis pela execução

- Prefeituras Municipais

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal e Estadual, Movimento Social.

Prazo para execução:

2013/2016



EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Saúde

Problema 01

- Falta de mecanismos para que os municípios apresentem resultados conclusivos dentro dos programas de reforma, ampliação e construção de UBS.

Propostas para superação

- Monitoramento dos projetos e gestão dos recursos de forma adequada;
- Investimento em capacitação profissional;
- Responsabilização direta dos gestores pela execução.

Ações que viabilizam essas propostas

- Seminário conjunto saúde-justiça para definição de instrumento de regulação para o Programa Requalifica SUS.

Responsáveis pela execução

- Ministério Saúde, Secretaria de Estado de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Ministério Público, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 02

- Falta de conectividade e de profissionais treinados nos municípios.

Propostas para superação

- Garantia de conectividade para que os programas tenham registros das informações no sistema de modo a finalizar as propostas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitação dos profissionais no uso da tecnologia;
- Implantação de rede de conectividade.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Estado de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 03

- Baixa adesão municipal ao programa NASF e dificuldade na estratégia no matriciamento.



Propostas para superação

- Aumentar adesão política e garantir o monitoramento.

Ações que viabilizam essas propostas

- Supervisão permanente.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Ministério da Saúde.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 04

- Alta mortalidade materna e infantil.

Propostas para superação

- Garantia as boas práticas na sala de parto: Acompanhante de livre escolha da mulher no pré-parto, parto e puerpério.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitação de profissionais de saúde;
- Estabelecimento de protocolos;
- Campanhas informativas para a população.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Maternidades.

Parceiro(s) na execução

- Hospital Universitário-UFMA, Secretaria da Mulher, Conselho Estadual da Mulher e Conselhos Estadual e Municipal de Saúde.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 05

- Visão fragmentada na implementação de programa de prevenção e controle das DST/AIDS em muitos municípios maranhenses resultando na não priorização pelos gestores municipais;
- Escassez de serviços especializados para o tratamento dos portadores HIV/AIDS levando a Alta taxa de mortalidade por AIDS;
- Falta estudos e pesquisas sobre comportamentos e práticas da população de maior vulnerabilidade.

Propostas para superação

- Sensibilização os gestores municipais para ampliação do diagnóstico, focalizando populações vulneráveis;



- Implantação de ambulatorios especializados (SAE) em todos os municípios sede de região de saúde do Maranhão;

Ações que viabilizam essas propostas

- Realizar campanhas de testagem na atenção básica utilizando as estratégias Itinerantes e do Fique Sabendo (mobilizações, grandes eventos);
- Implantar a linha de cuidado para o atendimento dos portadores HIV e doentes de AIDS;
- Reunir com municípios sede da pesquisa para sensibilização dos gestores e depois divulgar os resultados.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Ministério da Saúde, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão e Instituições de Ensino Superior.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 06

- Número elevado de casos de hanseníase: diagnóstico tardio e preconceito.

Propostas para superação

- Disponibilização de informações à população;
- Implementação de Mídias e Busca Ativa.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitação profissional.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Instituições de Ensino Superior, Sociedade Civil, Meios de Comunicação (mídia).

Prazo para execução:

2013

Problema 07

- Baixa resolutividade da Atenção Básica.

Propostas para superação

- Financiamento adequado;
- Recursos Humanos;
- Gestão.



Ações que viabilizam essas propostas

- Aumento do financiamento municipal e estadual para a Atenção Básica com ênfase na estratégia da Saúde da Família, Apoio Total a implantação das redes de atenção.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado do Maranhão e Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Instituições de Ensino Superior, Instituições de Serviço e Conselhos de Saúde.

Prazo para execução:

2013/2014

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Educação

Problema 01

- Baixa oferta de vagas para os ensinos médio e técnico no Estado.

Propostas para superação

- Expansão no número de vagas e da interiorização dos cursos de formação inicial para professores em todos os municípios do Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de convênio das universidades com as prefeituras municipais.

Responsáveis pela execução

- Ministério da Educação, Governo do Estado, Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Instituições de Ensino Superior.

Prazo para execução:

2013/2017

Problema 02

- Sistemas de educação desarticulados.

Propostas para superação

- Sistema Único de Educação.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação do Sistema Único de Educação; Proposta de Colaboração entre Estado e Municípios; Política Estadual de Educação.

Responsáveis pela execução

- Ministério da Educação, Governo do Estado, Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Ministério da Educação, Prefeituras Municipais e Instituições de Ensino Superior.

Prazo para execução:

2013/2017



Problema 03

- Desvio e desperdício dos recursos públicos para a educação.

Propostas para superação

- Fortalecimento dos conselhos sociais de controle e fiscalização;
- Implementação da Lei de Acesso à Informação.

Ações que viabilizam essas propostas

- Qualificação dos conselhos sociais - Regulamentação no âmbito interno de cada ente.

Responsáveis pela execução

- CGU, IES, TCE, MP, Conselhos.

Parceiro(s) na execução

- Prefeituras, Estado, Escolas, Sociedade Civil Organizada, Comunidades.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 04

- Gestão Escolar ineficaz e ineficiente.

Propostas para superação

- Definição de critérios para seleção e permanência dos diretores das escolas, pautados no perfil da gestão democrática; avaliação anual da gestão.

Ações que viabilizam essas propostas

- Elaboração de documento contendo os critérios;
- Seleção de diretores das escolas;
- Acompanhamento regular da comunidade e dos conselhos sociais; definição de parâmetros de avaliação do gestor.

Responsáveis pela execução

- Secretarias de Educação Municipal e Estadual.

Parceiro(s) na execução

- IES, Sindicatos, CME, CEE, CACS/FUNDEB.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 05

- Formação continuada ineficiente e insuficiente.

Propostas para superação

- Programas de formação continuada no Estado articulados com uma política única de educação para o Estado e municípios.

Ações que viabilizam essas propostas

- Definir uma política de formação englobando as redes estadual e municipais;
- Revitalizar os programas de formação continuada.



Responsáveis pela execução

- Secretarias de Educação: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Estado e Prefeituras.

Prazo para execução:

2013/2015

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Assistência Social

Problema 01

- Duplo comando da Política de Assistência Social na esfera estadual;
- Fragilidade do controle social pelos Conselhos de Assistência Social.

Propostas para superação

- Cumprimento da LOAS/NOB - SUAS quanto à exigência de comando único e fortalecimento do controle social.

Ações que viabilizam essas propostas

- Reestruturação do órgão gestor da política de assistência social na esfera estadual;
- Reestruturação dos espaços físicos e demais condições de funcionamento dos órgãos gestores da política e suas unidades de atendimento (CRAS; CREAS; CENTRO POP);
- Capacitação permanente e continuada dos conselheiros (Estadual e Municipais);
- Respeito à autonomia dos conselhos e das suas competências e atribuições.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado;
- Governo do Estado e Governos Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Conselho Estadual de Assistência Social, Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/MA).

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 02

- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o financiamento da política;
- Ausência do cofinanciamento da esfera estadual.

Propostas para superação

- Definição de percentual de financiamento para a política de assistência social.

Ações que viabilizam essas propostas

- Elaboração de lei estadual e leis municipais;
- Financiamento da esfera estadual direcionado a todos os municípios.



- Instituição pela esfera estadual de incentivo a gestão municipal com base nos pactos de aprimoramento da gestão conforme a NOB/2012.

Responsáveis pela execução

- Governo: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores.

Prazo para execução:

2013/ 2014 e permanente

Problema 03

- Desarticulação da política de assistência com as demais políticas públicas.

Propostas para superação

- Instituição de instância estratégica de articulação e fortalecimento da intersectorialidade nas políticas públicas, em âmbito estadual e municipal.

Ações que viabilizam essas propostas

- Aprofundamento da articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação para além das condicionalidades do Programa Bolsa Família por meio de protocolos e fluxos de trabalho;
- Articulação e complementaridade das ações entre a política municipal de assistência social às políticas estadual e municipais de geração de trabalho e renda.

Responsáveis pela execução

- Governo: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Secretarias Estadual e Municipais.
- Sistema S, SINE e Empresariado Local.

Prazo para execução:

Permanente e progressivo, a partir de 2013

Problema 04

- Ausência de capacitação permanente e continuada dos trabalhadores do SUAS.

Propostas para superação

- Implementação da Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente.

Ações que viabilizam essas propostas

- Elaboração e implementação dos planos estadual e municipal de capacitação e educação permanente.
- Garantia orçamentária e financeira nas esferas estadual e municipal para capacitação dos trabalhadores;
- Articulação com as unidades de formação acadêmica presencial.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais.



Parceiro(s) na execução

- Universidades e Faculdades presenciais.

Prazo para execução:

a partir de 2013 e permanente

Problema 05

- Precarização dos vínculos empregatícios e condições de trabalho; Equipes quantitativamente insuficientes para as demandas.

Propostas para superação

- Implantação da NOB/RH - SUAS.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de concurso público na esfera estadual e municipal para constituição do quadro de trabalhadores do SUAS;
- Construção e equipamento das unidades públicas da assistência social – CRAS, CREAS e CENTRO POP;
- Melhoria das condições de trabalho das equipes profissionais, com realização de concursos públicos e implantação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);
- Regionalização dos serviços de média e alta complexidade a partir de um diagnóstico de vulnerabilidade social.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado e Governos Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal

Prazo para execução:

2013/2016

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Cultura

Problema 01

- O legado dos grandes eventos.

Propostas para superação

- Fortalecer as cadeias produtivas e criativas dos diversificados segmentos culturais.

Ações que viabilizam essas propostas

- Formar pessoal qualificado.

Responsáveis pela execução

- Governo federal, estadual e Governos Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada; Universidades; Empresas privadas.



Prazo para execução:

2013/2016

Problema 02

- Não reconhecimento da cultura como prioridade na agenda governamental.

Propostas para superação

- Posicionar, na agenda governamental, a cultura, de forma estratégica, reconhecendo-a como vetor de inclusão e desenvolvimento econômico-social.

Ações que viabilizam essas propostas

- Implantar o Sistema Estadual de Cultura.

Responsáveis pela execução

- Governo Estadual.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada; Universidades; Empresas privadas.

Prazo para execução:

2013/2016

Problema 03

- Cultura não considerada como vetor de desenvolvimento.

Propostas para superação

- Desenvolver arranjos produtivo-criativos voltados para o desenvolvimento local.

Ações que viabilizam essas propostas

- Mobilizar parceiros que possam contribuir para a construção desse desenvolvimento.

Responsáveis pela execução

- Poderes públicos.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada, Universidades, Empresas Privadas.

Prazo para execução:

2013/2017

Problema 04

- Ausência de critérios democráticos para a distribuição de recursos voltados para o financiamento de projetos.

Propostas para superação

- Adotar a política dos editais para o fomento da cultura.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitar para maior participação; Divulgação ampla dos critérios de acesso.

Responsáveis pela execução

- Governos: Federal, Estadual e Municipais.



Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada; Universidades; Empresas privadas

Prazo para execução:

2013/2016

Problema 05

- A falta de acesso ao livro, leitura, bibliotecas, arquivos e museus.

Propostas para superação

- Fomentar políticas públicas de acesso às bibliotecas, arquivos e aos museus.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criar, em lei, o plano estadual de livro, leitura, arquivo e bibliotecas.

Responsáveis pela execução

- Poderes públicos.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil organizada; Universidades; Empresas privadas.

Prazo para execução:

- Imediato, permanente e progressivo

Observações e Complementos

- O problema nos leva a refletir o que seria, na prática, participar livremente da vida cultural, conforme a declaração universal dos direitos humanos.

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Segurança Alimentar e Nutricional

Problema 01

- Baixa Produção de Alimentos pela Agricultura Familiar.

Propostas para superação

- Regulação (contenção jurídica) das áreas de monoculturas para conter o seu avanço sobre territórios de agricultura familiar e de povos e populações tradicionais;
- Fomentar a agricultura familiar e mecanismos para coibir uso indiscriminado de fertilizantes e agroquímicos;
- Promover a regularização fundiária;
- Desenvolver adequadamente a política de ATER no Estado;
- Fortalecer a agricultura familiar e populações tradicionais através de ações de Agroecologia e Economia Solidária;
- Estabelecer uma política de ATER voltada para implementação da reforma agrária, produção agroecológica e comercialização e gestão, voltada à economia solidária;
- Estabelecer uma política estadual de infraestrutura produtiva aliada a política de ATER Agroecológica.



Ações que viabilizam essas propostas

- Campanha educativa alertando para os riscos da monocultura;
- Fortalecer e articular para dar efetividade aos órgãos sobre a titulação das terras;
- Fortalecimento do ITERMA para implementação da Reforma Agrária;
- Reformular e implantar a Política Estadual de ATER sendo voltada para implementar a Agroecologia e Economia Solidária;
- Ter um fundo público para implementação da política de ATER e de estruturação produtiva com base na Agroecologia.

Responsáveis pela execução

- Ministério e Secretarias de Educação;
- MDA, MDS, Governo do Estado, INCRA, ITERMA.
- SEMA, IBAMA, SEDES, AGERP.

Parceiro(s) na execução

- Conselhos Estaduais e Municipais: CEDRUS, CONSEA e CONSEMA;
- Redes de ATER; Entidades de ATER;
- Movimentos Sociais ligados à regularização fundiária,
- Agroecologia e Economia Solidária

Prazo para execução:

- 2013/2023

Observações e Complementos

- Já existe uma política de ATER, mas sem foco concreto para Agroecologia e a Agricultura familiar e principalmente com orçamento e quadro de pessoal insuficiente, que não atende a demanda do Estado.
- Se faz necessário a criação de um fundo estadual que seja livre de contingenciamento e de uso exclusivo para ações de Reforma Agrária, ATER e Estruturação produtiva.

Problema 02

- Baixa Qualidade sanitária dos alimentos.

Propostas para superação

- Implantação SUASA nos municípios;
- Criação do Sistema de Inspeção Municipal;
- Estabelecimento de normativas legais voltados para atender as realidades da Agricultura Familiar e;
- Criação e/ou melhoria dos abatedouros públicos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Campanhas educacionais sobre a sanidade dos alimentos;
- Processos de Formação continuada para municípios e organizações de agricultores/familiares e populações tradicionais;
- Criação de leis estaduais e municipais para agroindústrias de base familiar;
- Implantação de abatedouros públicos;
- Implantação de promotorias públicas da agricultura.



Responsáveis pela execução

- Governo do Estado, Prefeituras Municipais;
- Legislativo Municipal/estadual;
- Secretaria de Educação; Ministério de Educação;
- SEDES; AGERP; AGED; MDA; MAPA.

Parceiro(s) na execução

- Conselhos Estaduais e Municipais: CEDRUS e CONSEA;
- Movimentos Sociais ligados a Economia Solidária;
- Entidades de ATER; Redes de ATER;

Prazo para execução:

Criação de Normativas Estaduais - 2013/2014

Implantação da SUASA - 2014/2015

Novas Promotorias - até 2023

Observações e Complementos

- A maior urgência é a adequação sobre agroindústrias existentes à realidade da agricultura familiar, pois os mesmo são voltados a grandes e médios empreendimentos;

Problema 03

- Precário nível de educação alimentar e nutricional da população.

Propostas para superação

- Incluir conteúdos de SAN nos currículos do ensino fundamental e médio;
- Desenvolver ações que gerem a elevação do nível de EAN na população maranhense;

Ações que viabilizam essas propostas

- Campanha de mobilização educativa, principalmente na semana mundial de alimentação;
- Criar legislação pertinente;
- Incluir nos currículos conteúdos de SAN;
- Articular os municípios em função da capacitação sobre EAN;
- Produzir material educativo sobre EAN para alunos de escolas públicas;
- Promover campanha educativa sobre SAN;

Responsáveis pela execução

- SEDUC, CONSEA (Estadual e Municipais), CAISAN (Estadual e Municipais), Escolas, Cursos de Nutrição, outros.
- Legislativo do Estado/Município;
- Ministério da Educação, Governo do Estado, CAISAN (estado e municípios) CIEA-MA e Secretarias de Estado de Educação;
- Todos os órgãos, Instituições de Ensino, Conselhos e entidades envolvidas com SAN.



Parceiro(s) na execução

- Todos os órgãos, Instituições de Ensino, Conselhos e entidades envolvidas com SAN.

Prazo para execução: 2013/2015

Problema 04

- Ineficiente estruturação da política de SAN no Estado.

Propostas para superação

- Promover a estruturação, consolidação e fortalecimento da PSAN no Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Dotar recursos financeiros, materiais e humanos para ações estruturadoras da PSAN;
- Criar legislação específica nos municípios;
- Realizar ações capacitadoras de gerenciamento e de controle social, de forma eficiente, em todo o Estado.

Responsáveis pela execução

- SEDES, Câmara de Vereadores;
- CAISAN (Federal, Estadual e Municipais), CONSEA (Federal, estadual, municipais), apoio dos órgãos federais, CIEA;

Prazo para execução:

2016

Problema 05

- Pouco avanço dos programas de SAN no estado.

Propostas para superação

- Dar suporte estrutural, técnico e financeiro aos programas de SAN no Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criar equipe que assessore os municípios na elaboração de projetos de captação;
- Acompanhar os municípios e dar-lhes suporte na estruturação de equipamentos necessários à viabilização dos programas;
- Promover o controle social sobre os programas de SAN no Estado.

Responsáveis pela execução

- SASAN, CAISAN Estadual, CONSEA Estadual;
- CONSEA-MA e COMSEAs Municipais.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 06

- Falta de pesquisas específicas sobre SAN no Maranhão.



Propostas para superação

- Alimentar o SISVAN;
- Realizar pesquisas sobre SAN.

Ações que viabilizam essas propostas

- Estimular os municípios a alimentarem o SISVAN;
- Promover eventos de divulgação dos dados do SISVAN, principalmente na semana mundial da alimentação;
- Articular cursos afins a política de SAN com a finalidade de viabilizar pesquisas sobre os temas de SAN, inclusive, com viabilização financeira da Instituição para a pesquisa;
- Realização e divulgação da pesquisa.

Responsáveis pela execução

- SES, UFMA, UEMA, IFMA e outras.

Parceiro(s) na execução

- Governo do Estado, CONSEA-MA, Instituições de Ensino;
- UFMA e outras, Governo do Estado, SBPC, CAISAN Estadual, CONSEA-MA, Secretarias de Estado e Municipais.

Prazo para execução:

2013/2015

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Drogas

Problema 01

- Assistência insuficiente à dependentes de álcool e outras drogas.

Propostas para superação

- Ampliação e fortalecimento dos CAPS AD;
- Implantação de uma rede de ambulatórios especializados;
- Implantação de serviços de desintoxicação em ambiente hospitalar;
- Internação integral para dependentes;
- Capacitação técnica dos profissionais que trabalham com dependentes químicos;
- Atendimento especializado, para dependentes de drogas, em prontos socorros.

Ações que viabilizam essas propostas

- Ampliar os horários de funcionamento dos CAPS AD para 24h;
- Disponibilizar leitos em hospitais gerais da rede pública destinada a pacientes intoxicados por álcool e outras drogas;
- Criar um hospital ou outros sistemas de psiquiatria destinados a casos graves de dependência química que exijam maior tempo de tratamento;
- Criar unidade psiquiátrica em hospitais gerais para dependentes químicos;
- Presença de especialistas ou pessoas treinadas nos serviços de urgência/emergência para atender estes enfermos.



Responsáveis pela execução

- Ministério e Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Escolas públicas e privadas, Secretarias de Assistência Social, Ministério Público, Secretaria de Segurança, Poder Judiciário.

Prazo para execução:

2013/2016

Observações e Complementos

- Todas estas atividades articuladas em rede e em conformidade com a competência de cada instituição.

Problema 02

- Poucas ações preventivas contra as drogas.

Propostas para superação

- Implantação de uma política de prevenção primária através das escolas públicas e privadas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação e implantação de comitês escolares nas unidades de ensino formados por estudantes, familiares, professores, diretores/administrativos/representantes de entidades do entorno das escolas, com a responsabilidade de discutir, formular e monitorar as ações locais sobre a temática drogas

Responsáveis pela execução

- Secretarias de Educação: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Igrejas, Associação de moradores, Delegacia de Polícia dos bairros, Associações de pais e filhos, Ministério Público, Clubes de serviços (Lions e Rotary), Lideranças Comunitárias, Representantes comerciais ou industriais etc.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 03

- Fragilidade nos Programas de Reinserção Social voltados para dependentes químicos.

Propostas para superação

- Desenvolvimento de uma política que garanta uma rede de ações de inserção social aos dependentes químicos, possibilitando incentivos em diferentes áreas de seus direitos (educação, trabalho, esporte, ocupação em atividades artísticas e lazer aos pacientes).

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de um comitê gestor encarregado de articular os referidos apoios psicossociais com os setores correspondentes;
- Criação de um banco de oportunidades de trabalho, esporte, lazer, educação, emprego, moradia, alimentação aos dependentes de drogas.



Responsáveis pela execução

- Comitê gestor formado pelas Secretarias estadual e municipais de educação, saúde, esporte, turismo, assistência social, segurança pública, segurança alimentar e secretaria de fazenda.

Parceiro(s) na execução

- Secretaria estadual e municipais de educação, saúde, esporte, assistência social, segurança pública, segurança alimentar, secretaria de fazenda, entre outros.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 04

- Frágil combate ao comércio de drogas.

Propostas para superação

- Fortalecimento das medidas policiais militar, judiciária para coibir a oferta de drogas à comunidade.

Ações que viabilizam essas propostas

- Estratégia originária da própria polícia militar, promovendo uma articulação com a comunidade com vista a proteger a população de ofertas de drogas.

Responsáveis pela execução

- Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Civil.

Parceiro(s) na execução

- Governos e Comunidade.

Prazo para execução:

2013/2016

Problema 05

- Fragilidades no controle social das ações.

Propostas para superação

- Fortalecimento dos conselhos estaduais e criação de conselhos municipais e comunitários, responsáveis pela formulação e monitoramento de uma política pública sobre álcool, tabaco e outras drogas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitar continuamente o contingente policial e outros agentes que lidam diariamente com a questão;
- Organizar comitês locais articulados com escolas e associações;
- Fortalecer o GEAP e outras ações da Polícia Militar do Maranhão.

Responsáveis pela execução

- Governo Estadual e municipais.

Parceiro(s) na execução

- Secretaria estadual e municipais de educação, saúde, esporte, assistência social, segurança pública, segurança alimentar, secretaria de fazenda, entre outros.



Prazo para execução:

2013/2014

**EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos
SUBTEMA: Trabalho Escravo e Questão Fundiária**

Problema 01

- Falta de conscientização sobre o trabalho escravo.

Propostas para superação

- Publicização do problema.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de convênios entre instituições de ensino e entidades civis do movimento social que trabalham com esse tema;
- Realização de campanhas sobre o tema.

Responsáveis pela execução

- Instituições de ensino.

Parceiro(s) na execução

- ONGs e meios de comunicação, COETRAE/MA;
- Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 02

- Precarização da atividade de fiscalização (poucos profissionais para trabalhar nos eixos repressão, prevenção e inserção).

Propostas para superação

- Aumento do número de servidores.

Ações que viabilizam essas propostas

- Proposição de um documento a ser encaminhado à Presidência da República denunciando o problema e solicitando as providências;
- Ampliar o número de vagas via concurso público.

Responsáveis pela execução

- Governos: Federal e Estadual, COETRAE/MA.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 03

- Concentração de terras e falta de regularização fundiária.

Propostas para superação

- Regularização fundiária das comunidades rurais, dos povos tradicionais (quilombolas,



trabalhadores rurais, pescadores, quebradeiras de coco, indígenas, entre outros) com Políticas Públicas para a agricultura familiar.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criar condições para dar eficiência ao trabalho do INCRA e ITERMA;
- Simplificar os processos de titulação de terras;
- Confisco de terras onde for encontrado trabalho escravo (PEC 438).

Responsáveis pela execução

- Governos: Federal e Estadual (executivo, legislativo e judiciário).

Parceiro(s) na execução

- COETRAE/MA.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 04

- Vulnerabilidade dos trabalhadores e falta de perspectiva de vida.

Propostas para superação

- Fortalecimento da agricultura familiar.

Ações que viabilizam essas propostas

- Assistência técnica, qualificação profissional;
- Ampliação do orçamento governamental para pelo menos 5%, do orçamento global, para a agricultura familiar.

Responsáveis pela execução

- Governo estadual.

Parceiro(s) na execução

- COETRAE/MA, Sociedade Civil Organizada.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 05

- Impunidade com relação à criminalização pelo trabalho escravo.

Propostas para superação

- Dar efetividade à lei penal (artigo 149 do Código Penal).

Ações que viabilizam essas propostas

- Priorizar os processos de trabalho escravo e condenar os responsáveis;
- Abrir um diálogo permanente entre as Justiças do Trabalho, Federal e Estadual;
- Formatar uma proposta a ser encaminhada aos Tribunais do Maranhão;
- Proibir a comercialização de produtos de empresas que exploram trabalho escravo (lei estadual).



Responsáveis pela execução

- Assembleia Legislativa do MA, Justiça Federal, Estadual e Trabalhista.

Parceiro(s) na execução

- COETRAE/MA e Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (FOREM).

Prazo para execução:

Imediato e permanente

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Direitos da Criança e do Adolescentes - Ato Infracional

Problema 01

- Situação deficitária do atendimento socioeducativo em meio fechado.

Propostas para superação

- Divulgação das boas práticas de outros locais (ex: Rio Grande do Sul, Teresina, Curitiba).

Ações que viabilizam essas propostas

- Realizar uma pesquisa para identificar as experiências exitosas e suas metodologias;
- Realizar um evento para intercâmbio de experiências.

Responsáveis pela execução

- UFMA, MP, CEDCA, FUNAC, SEDICH.

Parceiro(s) na execução

- SDH-PR, CONANDA, Órgãos Estaduais de execução dos outros estados.

Prazo para execução:

2013 / 2014

Observações e Complementos

- Articular recursos para pesquisa via fundo estadual ou edital CONANDA.

Problema 02

- Situação deficitária do atendimento socioeducativo em meio aberto

Propostas para superação

- Co-financiamento do Estado para as MSE em meio aberto (aos municípios);
- Capacitação das equipes dos CREAS em todo o Estado;
- Implantação dos CREAS em todo o Estado (municípios e regionais do Estado).

Ações que viabilizam essas propostas

- CEDCA e CEAS debaterem a questão e provocarem a SEDICH;
- SEDICH pautar o debate no Governo Estadual e com as Prefeituras Municipais;
- CEDCA acionar o Ministério Público para exigência de cumprimento do co-financiamento e implantação das unidades de atendimento – CREAS;
- Realizar um evento para intercâmbio de experiências.



Responsáveis pela execução

- CEDCA/MA, CEAS, CMDCA, MP e Governo Estadual e municipais.

Parceiro(s) na execução

- UFMA e ACECTMA.

Prazo para execução:

a partir de 2013

Problema 03

- Não regulamentação da Comissão estadual intersetorial de implementação do SINASE.

Propostas para superação

- Criação da Comissão e respectiva regulamentação via decreto.

Responsáveis pela execução

- CEAS, SDH-PR, CONANDA, FUNAC, SEDUC, CEDCA.

Parceiro(s) na execução

MP.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 04

- Não descentralização das medidas privativas de liberdade.

Propostas para superação

- Criação dos polos regionais da FUNAC.

Ações que viabilizam essas propostas

- Solicitar informações à FUNAC e SEDICH sobre o andamento da construção do prédio de Imperatriz;
- Solicitar informações sobre o financiamento da Unidade de Caxias;
- Convidar o Ministério Público para a Plenária do CEDCA/MA.

Responsáveis pela execução

- CEDCA, CEAS.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 05

- Não separação dos adolescentes por compleição física, idade e gravidade do ato (violação dos Direitos Humanos).

Propostas para superação

- Mobilização para oferecimento de denúncia junto ao MP.



Ações que viabilizam essas propostas

- Denunciar ao MP, Tribunal de Justiça;
- Realizar fiscalizações rotineiras do Conselho Tutelar, CDMP e Defensoria Pública;

Responsáveis pela execução

- CEDCA/MA, Rede Maranhense de Justiça Juvenil, Defensoria Pública, ACECTC/MA.

Parceiro(s) na execução

- AMPEM, AMMA, FÓRUM DCA.

Prazo para execução:

a partir e permanente

Problema 06

- Falta de contratação de pessoal compatível com a necessidade do atendimento.

Propostas para superação

- Realização de concurso público e capacitação profissional.

Ações que viabilizam essas propostas

- Pautar essa discussão no CEDCA-MA e demandar providências ao Governo do Estado;
- Apresentar propostas ao MP.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado.

Parceiro(s) na execução

- Ministério Público.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 07

- Adesão acrítica de parte da sociedade à tese da redução da maioria penal sem levar em conta o ECA.

Propostas para superação

- Mobilização social contra a redução da maioria penal.

Ações que viabilizam essas propostas

- Pautar essa discussão no CEDCA-MA;
- Realizar pesquisa sobre “sensibilidade social” acerca da redução da maioria penal no âmbito do Observatório Criança.

Responsáveis pela execução

- CDMP e CEDCA/MA.

Parceiro(s) na execução

- UFMA e outras IES.



Prazo para execução:

a partir de 2013.

Observações e Complementos

- Articular recursos para a pesquisa via fundo estadual ou edital CONANDA.

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Relações Étnico-Raciais

Problema 01

- Racismo Institucional.

Propostas para superação

- Ações para dar visibilidade e enfrentamento.

Ações que viabilizam essas propostas

- Levantamento de dados que identifiquem a prática de racismo institucional;
- Criar organismos para discutir, fomentar e implementar políticas voltadas para igualdade racial;
- Campanhas institucionais para promoção de igualdade racial.

Responsáveis pela execução

- Escolas, Universidades, Governo do Estado, Prefeituras e Conselhos.

Parceiro(s) na execução

- Movimento Negro, Movimento Indígena, Outros Movimentos Sociais.

Prazo para execução:

2013/2018

Problema 02

- Descumprimento da Constituição e demais marcos legais relativos aos territórios quilombolas e indígenas.

Propostas para superação

- Titulação de territórios quilombolas e demarcação de áreas indígenas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Maior celeridade nos processos administrativos do INCRA;
- Contratação de mais antropólogos pelo INCRA;
- Ampliação do alcance dos editais para elaboração de RTID para fundações das universidades.

Responsáveis pela execução

- INCRA, FUNAI.

Parceiro(s) na execução

- ACONERUQ, MOQUIBOM, CCN, CIMI, COAPIMA.



Prazo para execução:

2013/2018

Problema 03

- Não aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no campo da educação.

Propostas para superação

- Implementação e fiscalização da aplicação das leis.

Ações que viabilizam essas propostas

- Visibilidade das leis;
- Inclusão da temática nas grades curriculares dos cursos de licenciatura nas Universidades e Faculdades;
- Fortalecimento dos fóruns de educação étnico-racial;
- Fortalecimento dos núcleos nas Universidades;
- Formação continuada dos profissionais da educação.

Responsáveis pela execução

- Universidades, Secretarias Municipais e Estaduais, Conselhos de Educação, SEIR-Secretaria do Estado de Igualdade Racial.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos Sociais, ONGs, Secretarias de Direitos Humanos, Conselho de Igualdade Racial.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 04

- Dispersão e falta de operacionalidade e informações para acesso à direitos (ações afirmativas).

Propostas para superação

- Dar visibilidade ao programa de ações afirmativas;
- Institucionalizar espaços de acompanhamento na estrutura organizacional da Universidade.

Ações que viabilizam essas propostas

- Garantir acesso e permanência dos cotistas, pessoas com deficiência, indígenas e com vulnerabilidade econômica nas IES.

Responsáveis pela execução

- IES.

Parceiro(s) na execução

- NEAB, DCE, Diretórios Acadêmicos, NAE, APRUMA, FAPEMA.

Prazo para execução:

2013/2015



Problema 05

- Não execução do Plano Nacional de Saúde da População Negra no Estado do Maranhão e seus Municípios.

Propostas para superação

- Debater com a sociedade e demandar, ao poder público estadual, a imediata implementação da política.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realizar seminários de saúde da população negra e indígena;
- Articular junto ao programa Nacional de Saúde condições para habilitação técnica, política e ética para evitar, enfrentar e vencer as possíveis discriminações que poderão surgir em relação às pessoas com anemia falciforme.

Responsáveis pela execução

- UFMA, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde.

Parceiro(s) na execução

- Mestrado em Saúde e Ambiente da UFMA; CCN.

Prazo para execução:

2013/2014

EIXO ORIENTADOR III: Universalização de Direitos SUBTEMA: Questão de Gênero

Problema 01

- Baixo índice de escolarização.

Propostas para superação

- Universalização de uma Educação básica não sexista e não discriminatória.

Ações que viabilizam essas propostas

- Reconstrução de programas pedagógicos com metodologias que garantam as relações de igualdade entre gênero, raça/etnia e orientação sexual.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado e governos Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Universidades, Governo Federal.

Prazo para execução:

2013/2018

Problema 02

- Desempoderamento e baixa representação nos espaços de decisão das mulheres, que em razão da tripla jornada de trabalho, quase não têm participação no espaço público e de poder.

Propostas para superação

- Fortalecer os movimentos sociais (Feministas, Mulheres/Mães, Associações, Sindicatos Trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, etc.), para garantir a paridade.



Ações que viabilizam essas propostas

- Formação política para empoderar as mulheres;
- Criação de legislação que garanta a paridade nos cargos de representação política;
- Realização de Campanhas de compartilhamento das atividades domésticas na gestão do tempo.

Responsáveis pela execução

- Governo Federal, Estadual e Municipal, Universidades, Núcleos de pesquisas, Meios de comunicação. Legislativo Estadual e Municipal.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos sociais, Movimentos de mulheres, Sindicatos, Redes e Fóruns de articulações do movimento de mulheres.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 03

- Relações de desigualdade de gênero, raça e etnia no trabalho evidenciado nos indicadores sociais que coloca as mulheres/negras no(s) emprego(s)/ocupação mais subalternos e de baixa remuneração.

Propostas para superação

- Ações afirmativas que promovam a igualdade de gênero e raça nas relações de trabalho e no mercado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de Programas intensivos de qualificação profissional, a partir de um estudo inclusivo de demandas de empregos;
- Maior rigor na fiscalização de empresas que não cumprem a isonomia salarial entre gênero;
- Realização de Campanhas de enfrentamento contra o assédio moral e sexual nas relações de trabalho.

Responsáveis pela execução

- Governo Federal, Estadual e Municipal, Delegacia regional do Trabalho, Sindicatos.

Parceiro(s) na execução

- Movimentos sociais, Movimentos de mulheres, Sindicatos, Redes e Fóruns de articulações do movimento de mulheres.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 04

- Exclusão das comunidades rurais (quebradeiras de coco, quilombolas, indígenas, entre outras) dos processos produtivos.

Propostas para superação

- Acesso à terra e à tecnologia produtiva e aos territórios produtivos do extrativismo.



Ações que viabilizam essas propostas

- Incentivo a projetos de pesquisa, visando o desenvolvimento de tecnologias para qualificar o trabalho das populações tradicionais e redução do desgaste físico.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado, FAPEMA, Instituições privadas, Universidades e seus núcleos de estudos e pesquisas.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal, Estadual e Municipal, Movimentos de mulheres (quebradeiras de coco, quilombolas, indígenas, entre outras) e Instituições privadas de incentivo a pesquisa.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 05

- Cultura machista, racista e sociedade patriarcal que incide no alto índice de violência de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Propostas para superação

- Pacto de enfrentamento à violência de gênero, raça e etnia e orientação sexual.

Ações que viabilizam essas propostas

- Formação de agentes públicos, realização de campanhas educativas e organização dos serviços de atendimento.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado, FAPEMA, Instituições Privadas, Universidades e seus núcleos de estudos e pesquisas.

Parceiro(s) na execução

- Conselhos de controle social, Movimentos sociais (Mulheres e LGBT), etc.

Prazo para execução:

2013/2015

EIXO ORIENTADOR: Universalização de Direitos SUBTEMA: Trabalho Infantil

Problema 01

- A invisibilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes como forma de trabalho infantil.

Propostas para superação

- Capacitação permanente para técnicos e responsáveis da rede de proteção à Crianças e Adolescentes.

Ações que viabilizam essas propostas

- Capacitação sistemática de todos os técnicos da rede de atendimento a Crianças e Adolescentes;
- Atividades de extensão da universidade.



Responsáveis pela execução

- SEDIHC.

Parceiro(s) na execução

- UFMA, Secretarias Estaduais e Afins, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho; Gestores Municipais.

Prazo para execução:

- A partir de Agosto inicia o primeiro módulo de capacitação de trinta municípios.

Observações e Complementos

- Necessário estender para os 217 municípios do Estado.

Problema 02

- A baixa efetividade dos Programas de transferência de renda, incluindo o PETI, no combate ao trabalho infantil (as famílias recebem os benefícios e as crianças continuam trabalhando).

Propostas para superação

- Monitoramento e acompanhamento sistemático por parte das instituições públicas, nos três níveis de governo dos programas de transferência de renda e suas condicionalidades no que diz respeito a proibição do trabalho infantil,
- Implementação das ações e serviços de combate ao trabalho infantil para além da transferência de renda.

Ações que viabilizam essas propostas

- Reestruturação na implementação do PETI pelos Municípios, em termos de conteúdo metodológico, infra-estrutura física e de recursos humanos;
- Capacitação das equipes de referência responsáveis pelos serviços sócioassistenciais nas unidades CRAS e CREAS para melhor acompanhamento de crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.

Responsáveis pela execução

- MDS, Governo Estadual, Prefeituras Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Sociedade Civil Organizada.

Prazo para execução:

2013 e permanente

Problema 03

- A diminuição da visibilidade e relevância do trabalho infantil como um problema social cujo enfrentamento deve ser prioritário.

Propostas para superação

- Informação e mobilização.

Ações que viabilizam essas propostas

- Campanha de mobilização e sensibilização, inclusive nas escolas, junto à gestores públicos, movimentos sociais, sindicatos, judiciário e ministério público.



Responsáveis pela execução

- Poder Público (executivo, legislativo e judiciário) nas esferas Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Organizações da sociedade civil, UFMA e demais universidades.

Prazo para execução:

A partir de 2013 e permanente.

Observações e Complementos

- Disseminação dessas campanhas para o interior do Estado.



EIXO ORIENTADOR IV: Acesso à Justiça e Combate à Violência

SUBTEMA: Sistema de Segurança Pública

Problema 01

- Manutenção de concepções ideológicas tradicionais na formação policial, ao longo da história.

Propostas para superação

- Novas formações e capacitação contínua, que reforcem as concepções de segurança com cidadania.

Ações que viabilizam essas propostas

- Efetivação da matriz curricular nacional/SENASP.

Responsáveis pela execução

- SSP, por meio de suas respectivas academias de formação.

Parceiro(s) na execução

- SENASP, MEC, IES (público ou privada), órgãos da Sociedade Civil Organizada, entes federativos nas pastas afins.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 02

- A falta de integração dos organismos do sistema de segurança pública e da afirmação de suas atribuições.

Propostas para superação

- Cooperação e integração entre seus órgãos, respeitando as competências específicas de cada um.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de um núcleo de gestão integrada entre os diversos níveis de governo.

Responsáveis pela execução

- Os representantes das corporações.

Parceiro(s) na execução

- Polícias civil, federal, rodoviária federal, militar e guardas municipais.

Prazo para execução:

2013/2016

Problema 03

- Falta de estrutura técnica, científica, de material e de recursos humanos para área de segurança pública.

Propostas para superação

- Implantação de Política de Estado visando investimento de forma contínua.



Ações que viabilizam essas propostas

- Criação do Ministério da Segurança Pública.

Responsáveis pela execução

- Governo Federal.

Parceiro(s) na execução

- Estados e municípios.

Prazo para execução:

2013/2020

Problema 04

- Ausência de um trabalho intersetorial, visando atender as demandas sociais relacionadas à área.

Propostas para superação

- Adoção de ações articuladas entre os órgãos do SSP com as demais políticas públicas e a sociedade.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação e implementação dos conselhos municipais de segurança.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado, Municipais e sociedade civil.

Parceiro(s) na execução

- Sociedade civil.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 05

- Ausência de setores específicos no atendimento de minorias, vítimas de violência (grupo LGBT, pessoas com deficiências e grupos étnicos, etc.).

Propostas para superação

- Implantação de atendimento especializado para grupos sociais específicos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de delegacias especializadas; treinamento prévio e formação continuada dos agentes públicos.

Responsáveis pela execução

- Governos estaduais.

Parceiro(s) na execução

- Profissionais de segurança pública.

Prazo para execução:

2013/2016



EIXO ORIENTADOR IV: Acesso à Justiça e Combate à Violência SUBTEMA: Prevenção à Violência

Problema 01

- Deficiências de visibilidade das ações e programas vinculados às políticas de direitos humanos no âmbito do Estado do Maranhão.

Propostas para superação

- Ampliação das ações e divulgação.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de campanha de socialização das ações de Direitos Humanos, em escala continuada;
- Seminário de discussão/capacitação semestral.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais.

Parceiro(s) na execução

- Universidades, Conselhos comunitários, entidades da Sociedade Civil Organizada.

Prazo para execução:

2013/2014

Observações e Complementos

- Há necessidade de fortalecimento dos Conselhos.

Problema 02

- Alto número de famílias com crianças e adolescentes vivendo em situação de vulnerabilidades e de riscos, no Estado.

Propostas para superação

- Disponibilização de escolas em tempo integral;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através dos CRAS, nos territórios de vulnerabilidades, articuladas às demais políticas públicas locais.

Ações que viabilizam essas propostas

- Priorização das vagas, criação e fortalecimento de programas para essas crianças e adolescentes;
- Estabelecimento de protocolos de ações complementares entre as políticas públicas intersetoriais.

Responsáveis pela execução

- Governos: Federal, Estadual e Municipais..

Parceiro(s) na execução

- Universidades, Sociedade Civil Organizada.

Prazo para execução:

2013/2014



Observações e Complementos

- Observação especial para os filhos de detentos do sistema carcerário.

Problema 03

- Insuficiência de policiamento em todo o Estado.

Propostas para superação

- Aumento do efetivo das corporações do sistema de segurança pública, contratação de pessoal civil e policiais da reserva para o serviço burocrático.

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de concursos públicos até completar o efetivo.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado.

Parceiro(s) na execução

- IES.

Prazo para execução:

2013/2014

Observações e Complementos

- Monitoramento após o 1º. Ano, para averiguação de providências.

Problema 04

- Deficiência na qualidade dos serviços prestados pela segurança pública.

Propostas para superação

- Desenvolver ações continuadas para melhoria na qualidade do serviço;
- Criação de centros alternativos para resolução de conflitos.

Ações que viabilizam essas propostas

- Melhoria nos processos seletivos;
- Capacitação e requalificação dos profissionais existentes;
- Estruturar e equipar com recursos tecnológicos e físicos para melhoria dos serviços;
- Estabelecimento de piso salarial e melhoria das condições de trabalho;
- Estabelecimento de avaliação de desempenho periódica e permanente;
- Fortalecimento dos projetos e programas sociais existentes no sistema de segurança pública;
- Incentivar pesquisas para desenvolvimento de estratégias para o sistema de segurança pública;
- Realizar audiência pública sobre a temática.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado.

Parceiro(s) na execução

- Governo Federal, Universidades, entidades da Sociedade Civil Organizada, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública.



Prazo para execução:

2013 e permanente

Observações e Complementos

- Monitoramento imediato.

EIXO ORIENTADOR IV: Acesso à Justiça e Combate à Violência SUBTEMA: Execução Penal - Medidas Alternativas à Privação da Liberdade

Problema 01

- Rejeição e exclusão social do encarcerado.

Propostas para superação

- Criação de mecanismos, de ampla divulgação, de sensibilização social a respeito da importância da ressocialização do encarcerado, e combate ao preconceito.

Ações que viabilizam essas propostas

- Seminário com profissionais das redes de comunicação e redes sociais;
- Divulgação constante através dos diversos meios da mídia e redes sociais.

Responsáveis pela execução

- UFMA (Rádio Universitária, Curso de Comunicação Social);
- Governo do Estado, através da SEJAP, SSP, SDH e SECOM.

Parceiro(s) na execução

- Entidades da Sociedade Civil, OAB, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público e Profissionais do Sistema.

Prazo para execução:

- 2013 (a ser iniciado na semana do encarcerado)

Problema 02

- Falta de implementação de políticas públicas voltadas à garantia e efetivação dos direitos dos apenados.

Propostas para superação

- Criação de mecanismos independentes de controle social, formado pela Sociedade Civil Organizada;
- Atuação da estrutura do Estado para implementação das políticas públicas.

Ações que viabilizam essas propostas

- Implementação da Rede Maranhense de Apoio aos Encarcerados (REMAE);
- Fortalecimento das parcerias entre as secretarias estaduais e municipais de educação e saúde.

Responsáveis pela execução

- Pastoral Carcerária, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Associações dos Magistrados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, APAC, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, CEDDH, Governo do Estado e Prefeituras Municipais.



Parceiro(s) na execução

- Pastoral Carcerária, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Associações dos Magistrados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, APAC, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, CEDDH.

Prazo para execução:

2013

Problema 03

- Carência de defensores públicos nas comarcas, impedindo o acesso à justiça, o que contribui para o aumento do encarceramento e desrespeito aos direitos dos internos.

Propostas para superação

- Ampliação dos quadros da Defensoria Pública do Estado, permitindo assim a sua interiorização.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de novos cargos e ampliação do orçamento da Defensoria Pública Estadual.

Responsáveis pela execução

- Governo do Estado.

Parceiro(s) na execução

- Poder Legislativo e Defensoria Pública Estadual.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 04

- Alto índice de drogadição e seu direto envolvimento com a questão do encarceramento, e falta de tratamento adequado aos presos com doença mental.

Propostas para superação

- Implementação de mecanismos de tratamento clínico e acompanhamento psicossocial dentro e fora das penitenciárias.

Ações que viabilizam essas propostas

- Criação de centros clínicos especializados para tratamento de dependentes químicos e doentes mentais;
- Implementação de estrutura clínica dentro das unidades prisionais para tratamento dos usuários.

Responsáveis pela execução

- Governos: Estadual e Municipais, Secretarias de Saúde Estadual e Municipais.

Prazo para execução:

Imediato e permanente

Problema 05

- Alto índice de reincidência dos apenados e proliferação do crime organizado dentro das unidades prisionais.



Propostas para superação

- Descentralização do sistema carcerário através da implementação e expansão do método APAC no Estado.

Ações que viabilizam essas propostas

- Apresentação de um projeto de lei para garantir a implantação do método APAC como política de Estado;
- Realização de convênios com as APACs e recursos para gestão independente das unidades prisionais.

Responsáveis pela execução

- APACs, Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado.

Parceiro(s) na execução

- Pastoral Carcerária, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Associações dos Magistrados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, Delegados de Polícia, CARITAS, Comissão de Justiça e Paz.

Prazo para execução:

2013/2014

EIXO ORIENTADOR IV: Acesso à Justiça e Combate à Violência SUBTEMA: Sistema de Justiça

Problema 01

- Dificuldades de acesso a justiça ocasionada pelo reduzido número de defensorias públicas no Estado e fragilidade/limitação das existentes.

Propostas para superação

- Ampliação da rede institucional e fortalecimento das defensorias públicas existentes;
- Atuação dos municípios no acesso a justiça através das assistências jurídicas (Estatuto das Cidades).

Ações que viabilizam essas propostas

- Realização de concursos para ampliação do número de defensores.

Responsáveis pela execução

- Defensoria Pública e Poder Executivo.

Parceiro(s) na execução

- Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União.

Prazo para execução:

a partir de 2013, com 2 anos para ampliação de defensorias e 4 anos para atuação dos municípios

Problema 02

- Seletividade do Sistema Penal.



Propostas para superação

- Fortalecimento dos mecanismos de defesa, do Ministério Público e participação da sociedade civil.

Ações que viabilizam essas propostas

- Postular a garantia dos honorários dos advogados nas lides criminais.

Responsáveis pela execução

- Poder Público, Ministério Público, Poder Executivo, OAB.

Parceiro(s) na execução

- Poder Público, Ministério Público, Poder Executivo, OAB.

Prazo para execução:

2013/2015

Problema 03

- Elevados Custos no acesso à justiça;
- Questões pertinentes ao Fundo de Reparacionamento do Judiciário.

Propostas para superação

- Coletivização das demandas;
- Fortalecimento das entidades de Direitos Difusos e Coletivos (Ex: PROCON, Associações comunitárias, agências reguladoras).

Ações que viabilizam essas propostas

- Revisão das leis e das custas judiciais no estado do Maranhão, maior transparência na aplicação das custas.

Responsáveis pela execução

- OAB-MA, Tribunal de Justiça, Poder Legislativo.

Parceiro(s) na execução

- OAB-MA, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa.

Prazo para execução

2013/2014

Observações e Complementos

- Proposição de ação direta de inconstitucionalidade acerca da Lei estadual das Custas Judiciais.

Problema 04

- Falta de estrutura adequada para atuação do Ministério Público do Maranhão.

Propostas para superação

- Ampliar o quadro de Promotores de Justiça,;
- Melhoria na atuação do MP no interior do Estado;
- Ampliação do número de promotorias.



Ações que viabilizam essas propostas

- Presença de mais promotores e juízes no interior do Estado;
- Maior acesso da população aos Membros do MPE

Responsáveis pela execução

- Ministério Público/MA

Parceiro(s) na execução

- Ministério Público do Maranhão e Conselho Nacional do Ministério Público.

Prazo para execução:

2013/2014

Problema 05

- Modelo de Gestão dos Tribunais.

Propostas para superação

- Um novo modelo de gestão do poder judiciário, com prioridade para a primeira instância.

Ações que viabilizam essas propostas

- Debates entre os magistrados, advogados, sociedade civil.

Responsáveis pela execução

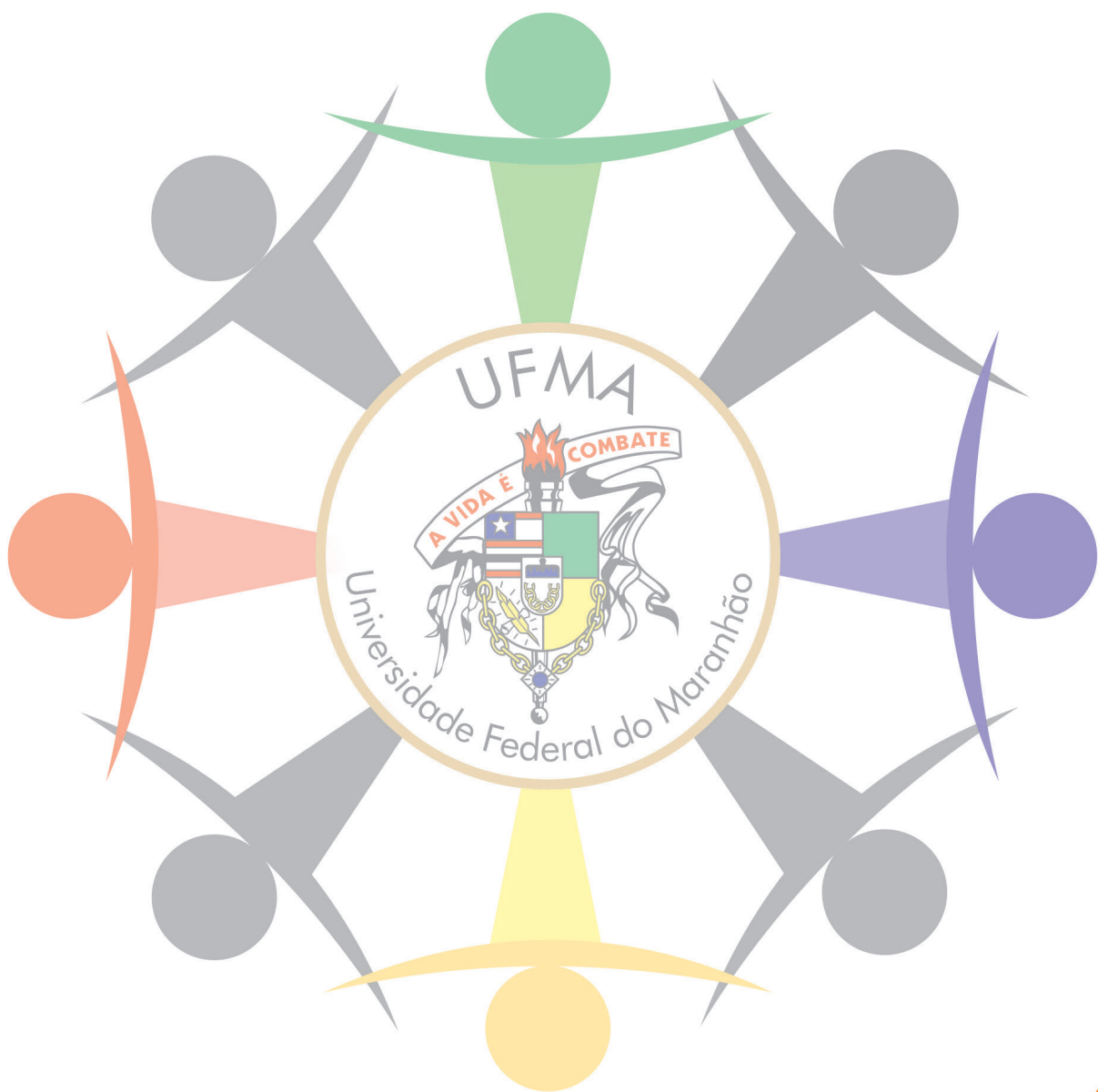
- Tribunal de Justiça.

Parceiro(s) na execução

- AMMA, OAB, AMPEM, DPE, MPE, CNJ, Sociedade Civil.

Prazo para execução:

a partir de 2013 e permanente



ATORES



COMISSÃO DE TRABALHO/UFMA

PRESIDENTE: Natalino Salgado Filho

VICE-PRESIDENTE: Antonio José da Silva Oliveira

SECRETARIA GERAL

Margarete Cutrim Vieira

Gustavo Viana Carvalho

Júlia Kátia Borgneth Petrus

Raissa Padilha

MEMBROS

Luiz Alves Ferreira

Maria da Glória Almeida Bandeira Ferreira

Flávia Rebelo Mochel

Priscila Coimbra Rocha

Ridvan Nunes Fernandes

Nair Portela Silva Coutinho

José Evandro Rodrigues Guimarães

Davi Alysson da Cruz Andrade

David Leonardo Bouças da Silva

José Carlos Santos

Nélio Alves Guilhon

Fernanda Santos Pinheiro

Francisca Ester de Sá Marques

Esnel José Fagundes

Maria da Conceição Pereira de Sousa

FACILITADORES

EIXO ORIENTADOR: DEMOCRACIA

Subtema: Gestão Ética, Participativa e Transparente.

Ricarte Almeida Santos/Cáritas Brasileira-MA

Welliton Resende Silva/CGU-MA

Leonardo Valles Bento/CGU-MA

Pierre Batista Moraes Januário/SINADMA



Subtema: Transversalidade dos Direitos Humanos

Arleth Santos Borges/UFMA

Jorge Moreno/SMDH

EIXO ORIENTADOR: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Subtema: Desenvolvimento

Raimundo Palhano/IJL

Subtema: Grandes Projetos de Impactos Socioambientais

Bartolomeu Rodrigues Mendonça/UFMA

Ana Lourdes da Silva Ribeiro/UFMA

Subtema: Tecnologias Cidades Inclusivas e Sustentáveis

Dylson Ramos Bessa Junior/CONADE

Márcio André Azevedo/COMDEF

José Evandro Rodrigues Guimarães/UFMA

Genilson Protásio/FMEPDP

Subtema: Agricultura Familiar e Agroecológica

Guilhermina Maria Vieira Cayres Nunes/EMBRAPA

José Mauricio Dias Bezerra/UEMA

Subtema: Trabalho e Pobreza

Thalita de Sousa Nascimento/UFMA

Maria Eunice Pereira/UFMA

Subtema: Urbanização, Saneamento e Moradia

Alex Oliveira Sousa/UEMA

Creusamar de Pinho/UEPM

Subtema: Meio Ambiente

Flávia Rebelo Mochel/UFMA

Ricardo Barbieri/UFMA

Subtema: Turismo e Hospitalidade

David Leonardo Bouças da Silva/UFMA

Ana Leticia Burity da Silva/UFMA

Linda Maria Rodrigues/UFMA



EIXO ORIENTADOR: UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

Subtema: Saúde

Dorlene Maria Cardoso do Aquino/UFMA

Silvia Cristina Viana Silva/UFMA

Zeni Carvalho Lamy/UFMA

Edmundo Costa Gomes/PMSL

Cristina Maria Douat Loyola/SES

Subtema: Direitos de Crianças e Adolescentes

Cândida da Costa/UFMA

Carla Cecília Serrão Silva/FUNAC-MA

Elisangela Correia Cardoso/CEDCA-MA

Subtema: Trabalho Infantil

Mônica Damous Duailibe/SRT-MA

Raimunda Vilma Oliveira Vieira/SEDICH-MA

Subtema: Cultura

João Batista Ribeiro Filho/FUNC

Gislenaldo Machado Moreira - Gigi Moreira/FUNC

Subtema: Segurança Alimentar e Nutricional

Maria José Pereira Costa/CONSEA-MA

Eurico Fernandes da Silva/CONSEA-MA

Kurt Clajus Oliveira/CONSEA-MA

Deysianne Costa das Chagas/UFMA

Subtema: Educação

Gaspar Silva Lima/CGU-MA

Raimundo Moacir Mendes Feitosa/UFMA

Subtema: Assistência Social

Líliá Penha Viana Silva/CRESS-MA

Subtema: Relação Étnico Racial

Sílvio Sérgio Ferreira Pinheiro/UFMA

Aninceto Cantanhêde/CCN

Subtema: Trabalho Escravo e Questão Fundiária

Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa - Bira do Pindaré/AL-MA



Subtema: Questão de Gênero

Maria Mary Ferreira/UFMA

Subtema: Drogas

Ruy Palhano Silva/UFMA

EIXO ORIENTADOR: ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA

Subtema: Sistema de Justiça

Mário de Andrade Macieira/OAB

Subtema: Execução Penal

Luis Otávio de Moraes/DPE-MA

José Ribamar Cardoso Lima/SEJAP-MA

Subtema: Sistema de Segurança

Sebastião Uchoa/SEJAP-MA

Subtema: Violência e Criminalidade

Luiza Oliveira/SEDICH-MA

Tânia Tereza Vidigal/SEDUC/MA

Gardênia Régia Ferreira dos Santos/SEDICH

ARTICULADORES

Eixo Orientador: Democracia

Esnel José Fagundes

Rosangela Maria Guimarães Rosa

Eixo Orientador: Desenvolvimento Sustentável

Júlia Kátia Borgneth Petrus

Fernanda Santos Pinheiro

Eixo Orientador: Universalização de Direitos

Maria da Conceição Pereira de Sousa

Nair Portela Silva Coutinho

Eixo Orientador: Acesso à Justiça e Combate à Violência

Salvio Dino de Castro e Costa Júnior/OAB-MA

Tânia Tereza Vidigal/Secretaria de Estado de Educação-MA



MONITORES¹

Andrea Dutra Pereira
Andrea Rodrigues de Souza
Antonio Carlos Gomes dos Santos
Carla Santos
Carlos Alberto Algarves Peixoto Neto
Cristiane de Jesus Santos Luz
Daniel da Silva Barros
Darlam Rogério Pereira Ribeiro
Deane Cristina da Rocha Rodrigues
Deolindo Deolino Lourenço Augusto Sá
Elanira Monroe Soares
Elayne Furtado Silva
Fernanda Marques dos Santos
Francinete Oliveira Colins
Francisco Eduardo Paiva Silva e Silva
Gilson Adms Silva Sousa
Gyslaine Ferreira almeida
Hyldeane Santos Ferreira
Ildinete Maria Abreu
Inácio Pacheco Soares Neto
Janayara Serra
Joanice da Silva Oliveira
Josilma Chaves Borges
Josinéia Costa Coelho
Karoline Rocha Coimbra
Laysla Maria Freitas Costa
Layssa Lelia Vieira dos Santos
Leandro Magalhães Rocha
Livia Almeida Lobo
Luis Carlos Machado e Siva
Marcela Caldas Silva
Marcelino Mendes Soares
Margareth Cavalcante Ribeiro Calvet
Natany Sampaio Santos
Rita de Cássia Fernandes Santos
Sâmia Ely Martins Barbosa
Taciane Costa Madeira Silva
Verônica Cunha Rodrigues
Tainá Leal Lima dos Santos

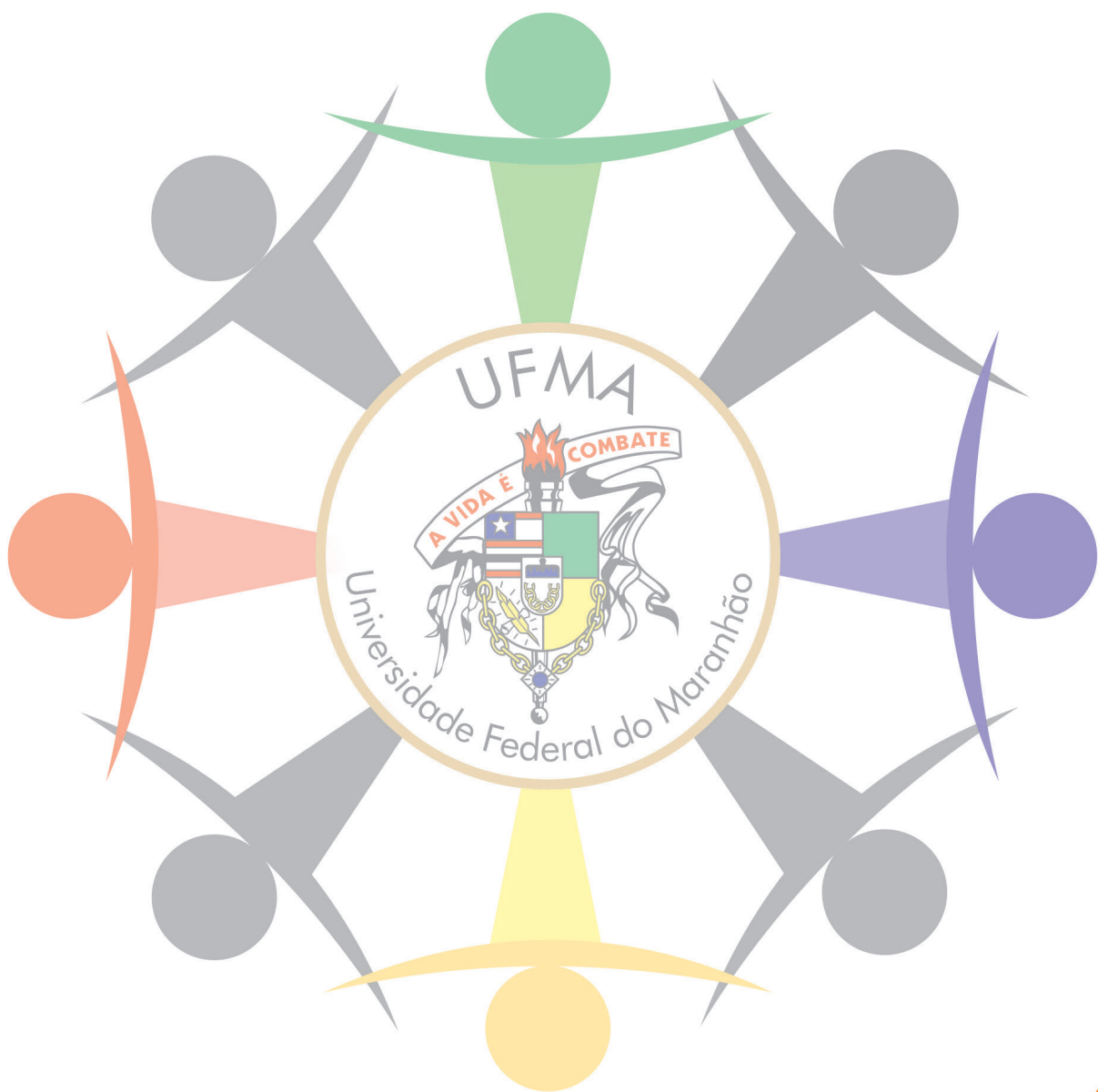
¹ Estudantes da Universidade Federal do Maranhão.



INSTITUIÇÕES INTEGRANTES

Coordenação: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão;
Câmara Municipal de São Luis;
Cáritas Brasileira/MA;
Centro de Cultura Negra do Maranhão/CCN;
Conselho Regional de Serviço Social/CRESS-MA;
Conselhos Setoriais de Políticas Públicas (Estaduais e Municipais);
Controladoria Geral da União - CGU/MA;
Defensoria Pública do Estado/MA;
EMBRAPA Cocais;
Federação dos Municípios do Estado do Maranhão/FAMEM;
Fóruns Setoriais de Políticas Públicas;
Foudation Convention & Visitors Bureau;
Governo do Estado - Secretarias Estaduais/MA;
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA;
Instituto Jackson Lago;
Instituições de Ensino Superior/IES;
LABOTUR/UFMA;
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MA;
Prefeitura Municipal de São Luis - Secretarias Municipais;
Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos/SMDH;
União por Moradia Popular.



DEPOIMENTOS

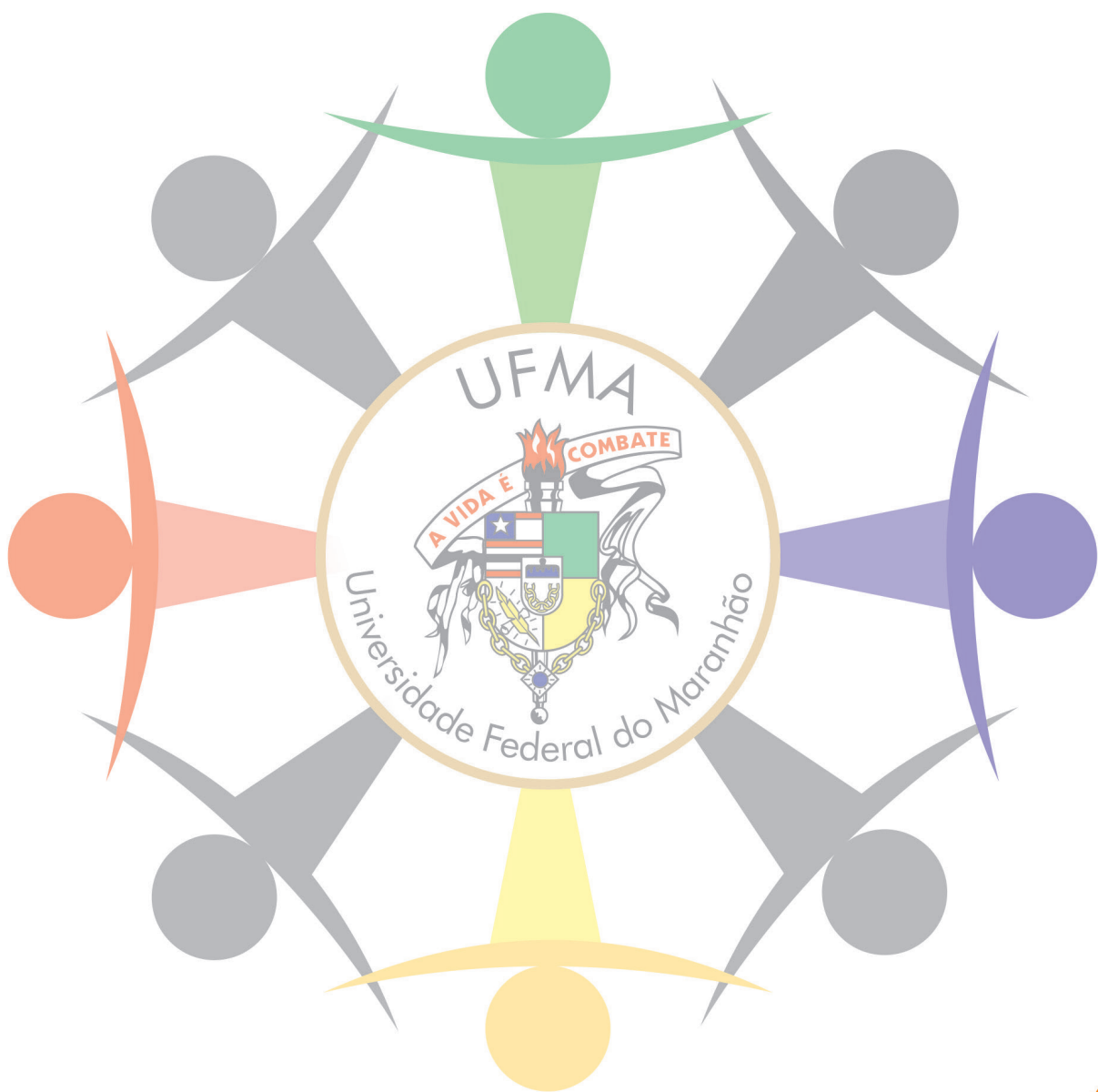


“Considero que o Ciclo de Debates Pós-SBPC, na UFMA, foi uma boa iniciativa e possibilitou um diálogo entre pesquisadores e militantes dos movimentos sociais, tendo como objetivo pensar ações para enfrentar os péssimos indicadores sociais de pobreza e desigualdade no Maranhão”.

Sílvia Sérgio Ferreira Pinheiro
Mestre em Ciências Sociais (Política) pela PUC/SP
Facilitador do Subtema Relações Étnico Raciais

“Não há políticas públicas eficientes sem participação da sociedade. Assim, a UFMA assume o papel de protagonista na articulação e mobilização da sociedade civil para fortalecer os espaços de diálogo com os poderes públicos. Ao mesmo tempo, a experiência dos eventos pós-SBPC vem ao encontro de um desejo de maior aproximação da comunidade acadêmica na definição das estratégias governamentais para o enfrentamento à pobreza no Estado do Maranhão. Trata-se, pois, de uma experiência válida e que merece ser replicada em todo o País”

Sálvio Dino Junior
Advogado - OAB/MA 5.227
Articulador do Eixo Orientador Acesso à Justiça e Combate à violência



GALERIA DE FOTOS



FASE PREPARATÓRIA







CRENCIAMENTO





ABERTURA DO SEMINÁRIO







GRUPOS DE TRABALHO







PLENÁRIA FINAL



